

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

O presente Termo de Referência tem por finalidade a aquisição de Máquinas Agrícolas, conforme Proposta nº033933/2021 e Convênio nº919286/2021 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Plataforma +Brasil, conforme segue:

2. DA JUSTIFICATIVA

Justificamos a necessidade de aquisição desses equipamentos devido as dificuldades na abertura e manutenção de valas de silagem, indisponibilidade de máquina para abertura ou manutenção de bebedouros para os animais; falta de suporte para a manutenção de acessos dentro das propriedades; Dificuldade no escoamento da produção por falta de manutenção em estradas; Dificuldade no preparo do solo, principalmente para culturas alternativas; falta de suporte e agregação de valor na produção e comercialização, Êxodo rural.

Item	Quant	Unid	Descrição	R\$ do item	R\$ total
1	01	Unid	Rolo compactador com cabine com ar condicionado; motor á diesel; Potencia mínima de 125HP; controle elétrico e hidráulico para mudança de velocidades, Peso operacional mínimo de 12.000 kg.	591.666,67	591.666,67
2	06	Unid	Microtrator novo, diesel 10HP, equipado com: engate cambão carreta, carretinha para microtrator.	17.433,00	104.598,00
3	01	Unid	Retroescavadeira nova, tração 4x4, potencia mínima 88HP, cabine fechada com ar condicionado, caçamba de carregamento mínio 0,96m³, caçamba de retro mínimo de 0,25m³, profundidade de escavação máxima, mínimo de 4,25 metros, peso operacional mínimo de 7.100 Kg	423.333,33	423.333,33
			Total		1.119.598,00

4. ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do objeto da presente contratação será exercida pelo Servidor Público Luis Mezzomo –Fiscal de Contrato e pelo Fiscal geral Glênio José Maito Diretor do Departamento de Administração.

5. DA ESTIMATIVA DE CUSTOS

O valor total estimado aproximado é de R\$ 1.119.598,00.

6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Conforme Parecer Contábil.

10 - Dep. Agr.
20 - Dep. Div. de Reg. e Titulos
603 - 0011 - 1031
6019 - 504
617 - 1034
204 - 603
de Associações de moradores
6019 - 1034
204 - 598 m



7. DO PERÍODO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

O período de execução e vigência do presente contrato será de 12 meses.

Coronel Domingos Soares, 03 de fevereiro de 2022.

Clovis França Silveira
Diretor do Departamento de Agricultura

CLOVIS FRANÇA SILVEIRA
DIRETOR DO DEPARTAMENTO
DE AGRICULTURA
PORTARIA Nº 004/2021

Luiz Mezzomo
Fiscal Técnico do contrato

Glênio José Maito
Fiscal Geral de Contratos



003

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
SECRETARIA DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO

Convênio/MAPA – PLATAFORMA +BRASIL n. 919286/2021

CONVÊNIO PLATAFORMA+BRASIL Nº 919286/2021, QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, E O(A) MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - PR.

A **UNIÃO**, por intermédio do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 00.396.895/0001-25, com sede Esplanada dos Ministérios, Bloco D, nesta capital, doravante denominado **CONCEDENTE**, neste ato representado pelo Secretário Substituto da Agricultura Familiar e Cooperativismo, Sr. MARCIO CANDIDO ALVES, brasileiro, residente e domiciliado nesta capital, portador do CPF/MF nº 528.909.531-49, nomeado pela Portaria nº 2.617, de 30 de julho de 2019, publicada no D.O.U. de 31/07/2019, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 337, publicada no D.O.U. de 09/11/2020, e o(a) MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - PR, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 01.614.415/0001-18, com sede AVENIDA ARAUCARIA, 3120, PREFEITURA - CENTRO. Coronel Domingos Soares - PR, doravante denominado(a) **CONVENENTE**, representada pelo(a) Prefeito, JANDIR BANDIERA, brasileiro(a), portador(a) do CPF/MF nº 383.803.310-87, residente e domiciliado(a) MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES - PR, RESOLVEM celebrar o presente Convênio, registrado na Plataforma +Brasil, regendo-se pelo disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, na Lei de Diretrizes Orçamentárias do corrente exercício, no Decreto Federal nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, no Decreto Federal nº 6.170, de 25 de julho de 2007, regulamentado pela Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 424, de 30 de dezembro de 2016 e atualizações, consoante o processo administrativo nº 21034.014652/2021-47 e mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto Aquisição de Máquinas Agrícolas, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO DAS PEÇAS DOCUMENTAIS

Integram este Termo de Convênio, independentemente de transcrição, o Plano de Trabalho e o Termo de Referência propostos pelo CONVENENTE e aceitos pelo CONCEDENTE na Plataforma +Brasil, bem como toda documentação técnica que deles resultem, cujos termos os partícipes acatam integralmente.

Subcláusula Única. Eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto integrarão o Plano de Trabalho, desde que sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente do CONCEDENTE e que não haja alteração do objeto.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Sem prejuízo do constante nas demais Cláusulas deste Convênio, são obrigações dos partícipes:

I - DO CONCEDENTE:

- realizar na Plataforma +Brasil os atos e os procedimentos relativos à formalização, alteração, execução, acompanhamento, análise da prestação de contas e, se for o caso, informações acerca de Tomada de Contas Especial, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;
- transferir ao CONVENENTE os recursos financeiros previstos para a execução deste Convênio, de acordo com a programação orçamentária e financeira do Governo Federal e o estabelecido no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;
- acompanhar, avaliar e aferir, sistematicamente, a execução física e financeira do objeto deste Convênio, bem como verificar a regular aplicação das parcelas de recursos, condicionando sua liberação ao cumprimento de metas previamente estabelecidas, na forma do art. 41, caput e inciso III, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, comunicando ao CONVENENTE quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, com fixação do prazo estabelecido na legislação pertinente para saneamento ou apresentação de informações e esclarecimentos;
- analisar e, se for o caso, aceitar as propostas de alteração do Convênio e do seu Plano de Trabalho;
- dispor de condições e de estrutura para o acompanhamento, verificação da execução do objeto e o cumprimento dos prazos

relativos à prestação de contas; e

f) divulgar atos normativos e orientar o CONVENIENTE quanto à correta execução dos projetos e atividades.

II - DO CONVENIENTE:

a) executar e fiscalizar o objeto pactuado, de acordo com o Plano de Trabalho e o Termo de Referência aceitos pelo CONCEDENTE, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio;

b) aplicar os recursos discriminados no Plano de Trabalho exclusivamente no objeto do presente Convênio;

c) elaborar os projetos técnicos relacionados ao objeto pactuado, reunir toda documentação jurídica e institucional necessária à celebração deste Convênio, de acordo com os normativos do programa, bem como apresentar documentos de titularidade dominial da área de intervenção, licenças e aprovações de projetos emitidos pelo órgão ambiental competente, órgão ou entidade da esfera municipal, estadual, do Distrito Federal ou federal e concessionárias de serviços públicos, conforme o caso, e nos termos da legislação aplicável;

d) assegurar, na sua integralidade, a qualidade técnica dos projetos e da execução dos produtos e serviços conveniados, em conformidade com as normas brasileiras e os normativos dos programas, ações e atividades, determinando a correção de vícios que possam comprometer a fruição do benefício pela população beneficiária, quando detectados pelo CONCEDENTE ou pelos órgãos de controle;

e) submeter previamente ao CONCEDENTE qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aceito, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

f) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Convênio em conta bancária específica, aberta em instituição financeira oficial, federal ou estadual, inclusive os resultantes de eventual aplicação no mercado financeiro, bem assim aqueles oferecidos como contrapartida, aplicando-os, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações constantes neste instrumento relativas à execução das despesas;

g) proceder ao depósito da contrapartida pactuada neste instrumento, na conta bancária específica vinculada ao presente Convênio, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho;

h) realizar na Plataforma +Brasil os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de Tomada de Contas Especial do Convênio, quando couber, incluindo regularmente as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial nº 424, de 2016, sendo nele registrados os atos que, por sua natureza, não possam ser realizados no sistema;

i) selecionar as áreas de intervenção e os beneficiários finais em conformidade com as diretrizes estabelecidas pelo CONCEDENTE, podendo estabelecer outras que busquem refletir situações de vulnerabilidade econômica e social, informando ao CONCEDENTE sempre que houver alterações;

j) estimular a participação dos beneficiários finais na implementação do objeto do Convênio, bem como na manutenção do patrimônio gerado por estes investimentos;

k) manter os documentos relacionados ao instrumento pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data em que foi apresentada a prestação de contas ou do decurso do prazo para a apresentação da prestação de contas;

l) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;

m) facilitar o monitoramento e o acompanhamento do CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar visitas **in loco** e fornecendo, sempre que solicitado, as informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Convênio, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação realizada e aos contratos celebrados;

n) permitir o livre acesso de servidores do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo, a qualquer tempo e lugar, aos processos, documentos e informações referentes a este Convênio, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

o) apresentar a prestação de contas dos recursos recebidos por meio deste Convênio, no prazo e forma estabelecidos neste instrumento;

p) apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério do CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso da não apresentação no prazo estipulado na respectiva notificação, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos estipulados neste Termo de Convênio;

q) assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do CONCEDENTE em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito neste Termo de Convênio e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pelo CONCEDENTE, apor a marca do Governo Federal nas placas, painéis e **outdoors** de identificação dos projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Convênio, consoante o disposto na Instrução Normativa SECOM-PR nº 2, de 20 de abril de 2018, da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, ou outra norma que venha a substituí-la;

r) operar, manter e conservar adequadamente o patrimônio público gerado pelos investimentos decorrentes do Convênio, de modo a assegurar a sustentabilidade do projeto e atender as finalidades sociais às quais se destina;

s) manter o CONCEDENTE informado sobre situações que eventualmente possam dificultar ou interromper o curso normal da execução do Convênio e prestar informações, a qualquer tempo, sobre as ações desenvolvidas para viabilizar o acompanhamento e avaliação do processo;

- t) permitir ao CONCEDENTE, bem como aos órgãos de controle interno e externo, o acesso à movimentação financeira da conta bancária específica vinculada ao presente Convênio;
- u) dar ciência aos órgãos de controle ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, e, havendo fundada suspeita de crime ou de improbidade administrativa, cientificar a Advocacia-Geral da União, o Ministério Público Federal e o respectivo Ministério Público Estadual;
- v) instaurar processo administrativo apuratório, inclusive processo administrativo disciplinar, quando constatado o desvio ou malversação de recursos públicos, irregularidade na execução do contrato ou gestão financeira do convênio, comunicando tal fato ao CONCEDENTE;
- w) manter um canal de comunicação efetivo, ao qual se dará ampla publicidade, para o recebimento pela União de manifestações dos cidadãos relacionadas ao convênio, possibilitando o registro de sugestões, elogios, solicitações, reclamações e denúncias;
- x) disponibilizar, em seu sítio oficial na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do instrumento ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e o detalhamento da aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado;
- y) exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o contrato administrativo de execução ou fornecimento – CTEF;
- z) observar o disposto na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e nas normas estaduais, distritais ou municipais vigentes, nos casos em que a execução do objeto, conforme prevista no plano de trabalho, envolver parcerias com organizações da sociedade civil;
- aa) apresentar declaração expressa firmada por representante legal do órgão ou entidade conveniente, ou registro na Plataforma +Brasil que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório, observado o disposto no art. 49 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;

Subcláusula Primeira. É prerrogativa do CONCEDENTE assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto do Convênio, no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

Este Termo de Convênio terá vigência de 33 meses, contados a partir da assinatura do instrumento, podendo ser prorrogada, por solicitação do CONVENIENTE devidamente fundamentada, formulada, no mínimo, 60 (sessenta) dias antes do seu término.

Subcláusula Única. A prorrogação além dos prazos estipulados no art. 27, inciso V, da Portaria Interministerial n. 424, de 2016, somente será admitida nas hipóteses de que trata art. 27, §3º, da mesma Portaria, e desde que o novo prazo estabelecido seja compatível com o período em que houve o atraso e viável para a conclusão do objeto pactuado.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, neste ato fixados em R\$ 1.119.598,00 (um milhão, cento e dezenove mil quinhentos e noventa e oito reais), serão alocados de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, conforme a seguinte classificação orçamentária:

I - R\$ 931.125,00 (novecentos e trinta e um mil cento e vinte e cinco reais), relativos ao presente exercício, correrão à conta da dotação alocada no orçamento do CONCEDENTE, autorizado pela Lei nº 14.116, de 31 de dezembro de 2020, publicada no DOU de nº 250-F, Seção: 1 - Extra F, de 31 de dezembro de 2020, UG 130148, assegurado pela Nota de Empenho nº 2021NE000154, vinculada ao Plano Interno nº B71170001, PTRES 196143, à conta de recursos oriundos do Tesouro Nacional, Fonte de Recursos 0188000000, Natureza da Despesa 444042;

II - R\$ 188.473,00 (cento e oitenta e oito mil quatrocentos e setenta e três reais), relativos à contrapartida do CONVENIENTE, consignados na Lei Orçamentária nº 938/2020, de 02 de Dezembro de 2020, do Estado/Município de Coronel Domingos Soares - PR

Subcláusula Primeira. Em caso de ocorrência de cancelamento de Restos a Pagar, o quantitativo das metas constante no Plano de Trabalho poderá ser reduzido até a etapa que não prejudique a funcionalidade do objeto pactuado, mediante aceitação do CONCEDENTE.

Subcláusula Segunda. O CONVENIENTE obriga-se a incluir em seu orçamento os subprojetos/subatividades contemplados pelas transferências dos recursos para a execução deste Convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONTRAPARTIDA

Compete ao CONVENIENTE integralizar a(s) parcela(s) da contrapartida financeira, em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, mediante depósito(s) na conta bancária específica do Convênio, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do CONVENIENTE.

Subcláusula Primeira. O aporte da contrapartida observará as disposições da lei federal anual de diretrizes orçamentárias em vigor à época da celebração do Convênio ou eventual legislação específica aplicável.

Subcláusula Segunda. As receitas oriundas dos rendimentos de aplicação dos recursos no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida.

Subcláusula Terceira. A comprovação pelo proponente de que a contrapartida proposta está devidamente assegurada, deverá ocorrer previamente à celebração do instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros relativos ao repasse do CONCEDENTE e à contrapartida do CONVENIENTE serão depositados e geridos na conta específica vinculada ao presente Convênio, aberta em nome do CONVENIENTE exclusivamente em instituição financeira oficial, federal ou estadual.

Subcláusula Primeira. A conta corrente específica será nomeada fazendo-se menção ao instrumento pactuado e deverá ser registrada com o número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ do órgão ou da entidade CONVENIENTE ou da unidade executora.

Subcláusula Segunda. A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso previsto no instrumento e para os instrumentos enquadrados nos níveis previstos nos incisos IV e V do art. 3º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, preferencialmente em parcela única.

Subcláusula Terceira. A liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada a:

a) conclusão da análise técnica e aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

Subcláusula Quarta. Os recursos financeiros, enquanto não utilizados, serão aplicados conforme disposto no art. 116, § 4º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Sucláusula Quinta. Exceto no caso de liberação em parcela única, a liberação das demais parcelas ficará condicionada à execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente.

Sucláusula Sexta. Após a comprovação da homologação do processo licitatório pelo CONVENIENTE, o cronograma de desembolso deverá ser ajustado em observação ao grau de execução estabelecido no referido processo licitatório.

Subcláusula Sétima. Na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, o instrumento será rescindido, salvo se presente alguma hipótese que autorize sua suspensão ou prorrogação motivada, conforme previsto no artigo 41, §§19 e 20 da Portaria Interministerial n. 424, de 2016.

Subcláusula Oitava. A execução financeira mencionada na Subcláusula Quinta será comprovada pela emissão de Ordem Bancária de Transferências Voluntárias - OBTV.

Subcláusula Nona. É vedada a liberação da primeira parcela de recursos para o CONVENIENTE que tiver instrumentos apoiados com recursos do Governo Federal sem execução financeira por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias e que não tenham sido motivadamente suspensos ou prorrogados, conforme autoriza o artigo 41, §§19 e 20 da Portaria Interministerial n. 424, de 2016.

Subcláusula Décima. Os recursos serão liberados de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira do Governo Federal, em conformidade com o número de parcelas e prazos estabelecidos no cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho aprovado na Plataforma +Brasil, que guardará consonância com as metas, fases e etapas de execução do objeto do Convênio.

Subcláusula Décima Primeira. Para recebimento de cada parcela dos recursos, deverá o CONVENIENTE:

I - comprovar o aporte da contrapartida pactuada, que deverá ser depositada na conta bancária específica em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso do Plano de Trabalho, podendo haver antecipação de parcelas, inteiras ou parte, a critério do conveniente; e

II - estar em situação regular com a realização do Plano de Trabalho, com execução de no mínimo 70% (setenta por cento) das parcelas liberadas anteriormente, quando não se tratar de liberação em parcela única.

Subcláusula Décima Segunda. Nos termos do §3º do art. 116 da Lei nº 8.666, de 1993, a liberação das parcelas do Convênio ficará retida até o saneamento das impropriedades constatadas, quando:

I - não houver comprovação da boa e regular aplicação da parcela anteriormente recebida, constatada pelo CONCEDENTE ou pelo órgão competente do Sistema de Controle Interno da Administração Pública Federal;

II - for verificado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais de Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução do Convênio, ou o inadimplemento do CONVENIENTE com relação a outras cláusulas convencionais básicas; e

III - o CONVENIENTE deixar de adotar as medidas saneadoras apontadas pelo CONCEDENTE ou por integrantes do respectivo sistema de controle interno.

Subcláusula Décima Terceira. Os recursos deste Convênio, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados pelo CONVENIENTE em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização desses recursos verificar-se em prazos menores que um mês.

Subcláusula Décima Quarta. Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do instrumento, os rendimentos das aplicações financeiras deverão ser devolvidos ao CONCEDENTE e ao CONVENIENTE, observada a proporcionalidade prevista na celebração, sendo vedado o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado.

Subcláusula Décima Quinta. A conta bancária específica do Convênio será preferencialmente isenta da cobrança de tarifas bancárias.

Subcláusula Décima Sexta. O CONVENIENTE autoriza desde já o CONCEDENTE para que solicite junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica:

I - a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União, caso os recursos não sejam utilizados no objeto da transferência pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias e não haja motivada

suspensão ou prorrogação deste prazo, nos termos da Subcláusula Sétima;

II - o resgate dos saldos remanescentes, nos casos em que não houver a devolução dos recursos, no prazo previsto no art. 60 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

Subcláusula Décima Sétima. O CONCEDENTE deverá solicitar, no caso da Subcláusula Décima Segunda, junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União.

Subcláusula Décima Oitava. No caso de paralisação da execução pelo prazo disposto na Subcláusula Décima Quarta, inciso I, a conta corrente específica do instrumento deverá ser bloqueada pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias.

Subcláusula Décima Nona. É vedada a liberação de recursos pelo CONCEDENTE nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, ressalvadas as exceções previstas em lei.

Subcláusula Vigésima. O sigilo bancário dos recursos públicos envolvidos neste Convênio não será oponível ao CONCEDENTE e nem aos órgãos públicos fiscalizadores.

Subcláusula Vigésima Primeira. Os recursos deverão ser mantidos na conta corrente específica do instrumento e somente poderão ser utilizados para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro, nas hipóteses previstas em lei ou na Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

O presente Convênio deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e a legislação aplicável.

Subcláusula Primeira. É vedado ao CONVENIENTE, sob pena de rescisão do ajuste:

I - utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos em finalidade diversa da estabelecida neste instrumento;

II - realizar despesas em data anterior à vigência do Convênio;

III - efetuar pagamento em data posterior à vigência do Convênio, salvo se o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência deste instrumento;

IV - efetuar pagamento, a qualquer título, a servidor ou empregado público integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, inclusive por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

V - realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo, exceto no que se refere às multas e aos juros, se decorrentes de atraso na transferência de recursos pelo CONCEDENTE e desde que os prazos para pagamento e os percentuais sejam os mesmos aplicados no mercado;

VI - realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

VII - realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

VIII - transferir recursos para clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar;

IX - transferir recursos liberados pelo CONCEDENTE, no todo ou em parte, a conta que não a vinculada ao presente Convênio;

X - celebrar contrato, convênio ou outro tipo de parceria com entidades impedidas de receber recursos federais;

XI - pagar, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, por serviços prestados, inclusive consultoria, assistência técnica ou assemelhados, salvo nas eventuais hipóteses previstas em leis específicas e na Lei de Diretrizes Orçamentárias;

XII - subdelegar as obrigações assumidas por meio do presente convênio, salvo se permitido neste instrumento e em norma correlata, bem como se houver anuência expressa por parte do CONCEDENTE;

XIII - realizar o aproveitamento de rendimentos para ampliação ou acréscimo de metas ao plano de trabalho pactuado; e

XIV - utilizar os recursos do instrumento para aquisição ou construção de bem que desobedeça a Lei n. 6.454, de 1977.

Subcláusula Segunda. Os atos referentes à movimentação dos recursos depositados na conta específica deste Convênio serão realizados ou registrados na Plataforma +Brasil e os respectivos pagamentos serão efetuados pelo CONVENIENTE mediante crédito na conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviço, facultada a dispensa deste procedimento nos seguintes casos, em que o crédito poderá ser realizado em conta corrente de titularidade do próprio CONVENIENTE, devendo ser registrado na Plataforma +Brasil o beneficiário final da despesa:

I – por ato da autoridade máxima do CONCEDENTE;

II – na execução do objeto pelo CONVENIENTE por regime direto; e

III – no ressarcimento ao CONVENIENTE por pagamentos realizados às próprias custas decorrentes de atrasos na liberação de recursos pelo CONCEDENTE e em valores além da contrapartida pactuada.

Subcláusula Terceira. Antes da realização de cada pagamento, o CONVENIENTE incluirá na Plataforma +Brasil, no mínimo, as seguintes informações:

- I - a destinação do recurso;
- II - o nome e CNPJ ou CPF do fornecedor, quando for o caso;
- III - o contrato a que se refere o pagamento realizado;
- IV - informações das notas fiscais ou documentos contábeis; e
- V - a meta, etapa ou fase do Plano de Trabalho relativa ao pagamento.

Subcláusula Quarta. Excepcionalmente, mediante mecanismo que permita a identificação do beneficiário do pagamento pela instituição financeira depositária, poderá ser realizado, no decorrer da vigência do instrumento, um único pagamento por pessoa física que não possua conta bancária, até o limite de R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais).

Subcláusula Quinta. No caso de fornecimento de equipamentos e materiais especiais de fabricação específica, o desbloqueio de parcela para pagamento da respectiva despesa far-se-á na forma do art. 38 do Decreto nº 93.872, de 1986, observadas as seguintes condições:

- I - esteja caracterizada a necessidade de adiantar recursos ao fornecedor para viabilizar a produção de material ou equipamento especial, fora da linha de produção usual, e com especificação singular destinada a empreendimento específico;
- II - o pagamento antecipado das parcelas tenha sido previsto no edital de licitação e no CTEF dos materiais ou equipamentos; e
- III - o fornecedor ou o CONVENENTE apresentem uma carta fiança bancária ou instrumento congênere no valor do adiantamento pretendido.

CLÁUSULA NONA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

O CONVENENTE deverá observar, quando da contratação de terceiros para execução de serviços ou aquisição de bens com recursos da União vinculados à execução do objeto deste Convênio, as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 17 de junho de 2002, e demais normas federais, estaduais e municipais pertinentes às licitações e contratos administrativos, inclusive os procedimentos ali definidos para os casos de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação.

Subcláusula Primeira. Os editais de licitação para consecução do objeto conveniado serão publicados pelo CONVENENTE após a assinatura do presente Convênio, devendo a publicação do extrato dos editais observar as disposições da legislação específica aplicável ao respectivo processo licitatório, obedecido o disposto no art. 49 da Portaria Interministerial n. 424, de 2016.

Subcláusula Segunda. O prazo para início do procedimento licitatório será de até sessenta dias, contados da data de assinatura do instrumento ou, havendo cláusula suspensiva, do aceite do termo de referência, e poderá ser prorrogado uma única vez, desde que motivado pelo CONVENENTE e aceito pelo CONCEDENTE.

Subcláusula Terceira. Excepcionalmente, quando o objeto envolver a aquisição de equipamentos ou a execução de custeio, em casos devidamente justificados pelo CONVENENTE e admitidos pelo CONCEDENTE, poderão ser aceitos, desde que observadas as condicionantes previstas no artigo 50-A da Portaria Interministerial nº 424, de 2016:

- a) licitação realizada antes da assinatura do instrumento;
- b) adesão à ata de registro de preços, mesmo que o registro tenha sido homologado em data anterior ao início da vigência do instrumento;
- c) contrato celebrado em data anterior ao início da vigência do instrumento.

Subcláusula Quarta. Nos casos de que trata a Subcláusula Terceira, somente serão aceitas as despesas que ocorrerem durante o período de vigência do instrumento de transferência voluntária e a liberação dos recursos está condicionada à conclusão da análise técnica e ao aceite do processo licitatório pelo CONCEDENTE.

Subcláusula Quinta. Para aquisição de bens e serviços comuns, será obrigatório o uso da modalidade pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002 e de seu regulamento, na forma eletrônica, exceto nos casos em que a lei ou a regulamentação específica que dispuser sobre a modalidade de transferência discipline de forma diversa as contratações com os recursos do repasse.

Subcláusula Sexta. Na contratação de bens e serviços com recursos do presente Convênio, o CONVENENTE deverá observar os critérios de sustentabilidade ambiental dispostos nos artigos 2º a 6º da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, no que couber.

Subcláusula Sétima. As atas e as informações sobre os participantes e respectivas propostas decorrentes das licitações, bem como as informações referentes às dispensas e inexigibilidades, deverão ser registradas na Plataforma +Brasil.

Subcláusula Oitava. O CONCEDENTE deverá verificar os procedimentos licitatórios realizados pelo CONVENENTE, atendo-se à documentação no que tange aos seguintes aspectos:

- I - contemporaneidade do certame ou subsunção a uma das hipóteses do artigo 50-A da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;
- II - compatibilidade dos preços do licitante vencedor com os preços de referência;
- III - enquadramento do objeto conveniado com o efetivamente licitado, e
- IV - fornecimento de declaração expressa firmada por representante legal do CONVENENTE ou registro na Plataforma +Brasil que a substitua, atestando o atendimento às disposições legais aplicáveis ao procedimento licitatório.

Subcláusula Nona. Compete ao CONVENENTE:

- I - realizar, sob sua inteira responsabilidade, sempre que optar pela execução indireta de serviços, o processo licitatório nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas pertinentes à matéria, assegurando a correção dos procedimentos legais, além da

disponibilização da contrapartida, quando for o caso;

II - registrar na Plataforma +Brasil o extrato do edital de licitação, o preço estimado pela Administração Pública para a execução do serviço e a proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, o termo de homologação e adjudicação, o extrato do Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF e seus respectivos aditivos;

III - prever no edital de licitação e no Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF que a responsabilidade pela qualidade dos materiais e serviços executados ou fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto conveniado;

IV - exercer, na qualidade de contratante, a fiscalização sobre o Contrato Administrativo de Execução ou Fornecimento – CTEF, nos termos do art. 7º, inciso IX e §§ 4º a 6º da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;

V - inserir cláusula, nos contratos celebrados à conta dos recursos deste Convênio, que obrigue o contratado a conceder livre acesso de servidores do CONCEDENTE, bem como dos órgãos de controle interno e externo, aos processos, documentos, informações, registros contábeis e locais de execução, referentes ao objeto contratado, inclusive nos casos em que a instituição financeira oficial não controlada pela União faça a gestão da conta bancária específica do Convênio.

Subcláusula Décima. É vedada, na hipótese de aplicação de recursos federais transferidos mediante o presente Convênio, a participação em licitação ou a contratação de empresas que constem:

I - no cadastro de empresas inidôneas do Tribunal de Contas da União, do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União;

II - no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF como impedidas ou suspensas; ou

III - no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo Conselho Nacional de Justiça.

Subcláusula Décima Primeira. O CONVENIENTE deve consultar a situação do fornecedor selecionado no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, por meio de acesso ao Portal da Transparência na **internet**, antes de solicitar a prestação do serviço ou a entrega do bem.

Subcláusula Décima Segunda. Nos casos em que a execução do objeto do Convênio, conforme previsto no plano de trabalho, envolver parceria do CONVENIENTE com entidade(s) privada(s) sem finalidade lucrativa, deverá ser observado o disposto na legislação específica que rege a parceria.

Subcláusula Décima Terceira. Nos casos em que empresa pública, sociedade de economia mista ou suas subsidiárias figurem como conveniente ou unidade executora, deverão ser observadas as disposições da Lei nº 13.303, de 2016, quando da contratação de terceiros.

Subcláusula Décima Quarta. No caso de termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com Organizações da Sociedade Civil (OSC), deverão ser observadas a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e as normas estaduais, distritais ou municipais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO DO CONVÊNIO

Este Convênio poderá ser alterado por termo aditivo mediante proposta do CONVENIENTE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao CONCEDENTE para análise e decisão, no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes do término da vigência, vedada a alteração do objeto aprovado.

Subcláusula Primeira. Nos eventuais ajustes realizados durante a execução do objeto, deverá o CONVENIENTE demonstrar a respectiva necessidade e os benefícios que se pretende agregar ao projeto, cuja justificativa, uma vez aprovada pela autoridade competente do CONCEDENTE, integrará o Plano de Trabalho.

Subcláusula Segunda. No caso de aumento de metas, a proposta deverá ser acompanhada dos respectivos ajustes no Plano de Trabalho, de orçamentos detalhados e de relatórios que demonstrem a regular execução das metas, etapas e fases já pactuadas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACOMPANHAMENTO

Incumbe ao CONCEDENTE exercer as atribuições de monitoramento e acompanhamento da conformidade física e financeira durante a execução do Convênio, além da avaliação da execução física e dos resultados, na forma dos artigos 53 a 58 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, podendo assumir ou transferir a responsabilidade pela sua execução, no caso de paralisação ou ocorrência de fato relevante, de modo a evitar sua descontinuidade, respondendo o CONVENIENTE, em todo caso, pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento.

Subcláusula Primeira. O CONCEDENTE designará e registrará na Plataforma +Brasil representante para o acompanhamento da execução deste Convênio, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas, verificando:

I - a comprovação da boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável;

II - a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no Plano de Trabalho e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados;

III - a regularidade das informações registradas pelo CONVENIENTE na Plataforma +Brasil;

IV - o cumprimento das metas do Plano de Trabalho nas condições estabelecidas.

Subcláusula Segunda. No prazo máximo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente instrumento, o CONCEDENTE deverá designar formalmente o servidor ou empregado responsável pelo seu acompanhamento.

Subcláusula Terceira. No exercício da atividade de acompanhamento da execução do objeto, o CONCEDENTE poderá:

- I - valer-se do apoio técnico de terceiros;
- II - delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, com tal finalidade;
- III - reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento;
- IV - solicitar diretamente à instituição financeira comprovantes de movimentação da conta bancária específica do Convênio;
- V - programar visitas ao local da execução, quando identificada a necessidade, observado o disposto no art. 54, caput, inciso II e §2º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;
- VI - utilizar ferramentas tecnológicas de verificação do alcance de resultados, incluídas as redes sociais na internet, aplicativos e outros mecanismos de tecnologia da informação; e
- VII - valer-se de outras formas de acompanhamento autorizadas pela legislação aplicável.

Subcláusula Quarta. Constatadas irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica, apuradas durante a execução do Convênio, o CONCEDENTE suspenderá a liberação de parcelas de recursos pendentes e comunicará o CONVENENTE para sanear a situação ou prestar informações e esclarecimentos, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável por igual período.

Subcláusula Quinta. Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o CONCEDENTE, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, apreciará, decidirá e comunicará quanto à aceitação, ou não, das justificativas apresentadas e, se for o caso, realizará a apuração do dano.

Subcláusula Sexta. Prestadas as justificativas, o CONCEDENTE, aceitando-os, fará constar nos autos do processo as justificativas prestadas.

Subcláusula Sétima. Caso as justificativas não sejam acatadas, o CONCEDENTE abrirá prazo de 45 (quarenta e cinco) dias para o CONVENENTE regularizar a pendência e, havendo dano ao erário, deverá adotar as medidas necessárias ao respectivo ressarcimento.

Subcláusula Oitava. A utilização dos recursos em desconformidade com o pactuado no instrumento ensejará obrigação do CONVENENTE devolvê-los devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido desse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro.

Subcláusula Nona. A permanência da irregularidade após o prazo estabelecido na Subcláusula Sétima ensejará o registro de inadimplência na Plataforma +Brasil e, no caso de dano ao erário, a imediata instauração de Tomada de Contas Especial ou, na hipótese de aplicação do artigo 6º da Instrução Normativa TCU 71, de 2012, a adoção de outras medidas administrativas ao alcance da autoridade administrativa ou ainda requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso, sem prejuízo da inscrição do CONVENENTE no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), nos termos da Lei nº 10.522, de 2002.

Subcláusula Décima. As comunicações elencadas nas Subcláusulas Quarta, Quinta e Sétima serão realizadas por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, devendo a notificação ser registrada na Plataforma +Brasil, enviando cópia, em todos os casos, para a Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e para o Poder Legislativo relativos ao CONVENENTE.

Subcláusula Décima Primeira. Aquele que, por ação ou omissão, causar embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação do CONCEDENTE e dos órgãos de controle interno e externo do Poder Executivo Federal, no desempenho de suas funções institucionais relativas ao acompanhamento e fiscalização dos recursos federais transferidos, ficará sujeito à responsabilização administrativa, civil e penal.

Subcláusula Décima Segunda. Os agentes que fizerem parte do ciclo de transferência de recursos são responsáveis, para todos os efeitos, pelos atos que praticarem no acompanhamento e fiscalização da execução deste instrumento, não cabendo a responsabilização do CONCEDENTE por inconformidades ou irregularidades praticadas pelo CONVENENTE, salvo nos casos em que as falhas decorrerem de omissão de responsabilidade atribuída ao CONCEDENTE. O CONVENENTE responde pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Convênio.

Subcláusula Décima Terceira. O CONCEDENTE comunicará aos órgãos de controle qualquer irregularidade da qual tenha tomado conhecimento e, havendo fundada suspeita da prática de crime ou de ato de improbidade administrativa, cientificará a Advocacia-Geral da União e os Ministérios Públicos Federal e Estadual, nos termos dos artigos 7º, §3º e 58 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO

Incumbe ao CONVENENTE exercer a atribuição de fiscalização, a qual consiste na atividade administrativa, prevista nas legislações específicas de licitação e contratos, que deve ser realizada de modo sistemático pelo conveniente e seus prepostos, com a finalidade de verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas em todos os seus aspectos.

Subcláusula Única. O CONVENENTE designará e registrará na Plataforma +Brasil representante para o acompanhamento da

execução deste Convênio, o qual anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.

011

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O órgão ou entidade que receber recursos por meio deste Convênio estará sujeito a prestar contas da sua boa e regular aplicação, na forma estabelecida pelos artigos 59 a 64 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

Subcláusula Primeira. A prestação de contas financeira consiste no procedimento de acompanhamento sistemático da conformidade financeira, considerando o início e o fim da vigência do presente instrumento, devendo o registro e a verificação da conformidade financeira ser realizados durante todo o período de execução do instrumento, conforme disposto no art. 56 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

Subcláusula Segunda. A prestação de contas técnica consiste no procedimento de análise dos elementos que comprovam, sob os aspectos técnicos, a execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos nos instrumentos.

Subcláusula Terceira. A prestação de contas deverá ser registrada pelo CONCEDENTE na Plataforma +Brasil, iniciando-se concomitantemente com a liberação da primeira parcela dos recursos financeiros do Convênio.

Subcláusula Quarta. A prestação de contas final deverá ser apresentada no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do término de sua vigência ou da conclusão da execução do objeto, o que ocorrer primeiro, e será composta, além dos documentos e informações registrados pelo CONVENENTE na Plataforma +Brasil, pelo seguinte:

I - relatório de cumprimento do objeto, que deverá conter os subsídios necessários para a avaliação e manifestação do gestor quanto à efetiva conclusão do objeto pactuado;

II - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o Convênio;

III - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e

IV - termo de compromisso por meio do qual o CONVENENTE se obriga a manter os documentos relacionados ao Convênio, nos termos do §3º do art. 4º da Portaria

Interministerial nº 424, de 2016.

Subcláusula Quinta. Quando a prestação de contas não for encaminhada no prazo estabelecido neste instrumento, o CONCEDENTE estabelecerá o prazo adicional máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para sua apresentação.

Subcláusula Sexta. Se, ao término do prazo estabelecido na Subcláusula Quinta, o CONVENENTE não apresentar a prestação de contas na Plataforma +Brasil nem devolver os recursos, o CONCEDENTE registrará a inadimplência na Plataforma +Brasil por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de Tomada de Contas Especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário, sob pena de responsabilização solidária.

Subcláusula Sétima. Caso não tenha havido qualquer execução física nem utilização dos recursos do presente Convênio, o recolhimento à conta única do Tesouro deverá ocorrer sem a incidência dos juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas.

Subcláusula Oitava. O CONCEDENTE deverá registrar na Plataforma +Brasil o recebimento da prestação de contas, cuja análise:

I - para avaliação do cumprimento do objeto, será feita no encerramento do instrumento, com base nas informações contidas nos documentos relacionados nos incisos da Subcláusula Quarta desta Cláusula;

II - para avaliação da conformidade financeira, será feita durante o período de vigência do instrumento, devendo constar do parecer final de análise da prestação de contas somente impropriedades ou irregularidades não sanadas até a finalização do documento conclusivo.

Subcláusula Nona. A análise da prestação de contas, além do ateste da conclusão da execução física do objeto, conterá os apontamentos relativos à execução financeira não sanados durante o período de vigência do Convênio.

Subcláusula Décima. Objetivando a complementação dos elementos necessários à análise da prestação de contas dos instrumentos, poderão ser utilizados subsidiariamente pelo CONCEDENTE os relatórios, boletins de verificação ou outros documentos produzidos pelo Ministério Público ou pelo Tribunal de Contas, durante as atividades regulares de suas funções.

Subcláusula Décima Primeira. Antes da tomada da decisão final de que trata a Subcláusula Décima Quinta, caso constatada irregularidade na prestação de contas ou na comprovação de resultados, o CONCEDENTE notificará o CONVENENTE para sanar a irregularidade no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias (art. 10, §9º, do Decreto nº 6.170, de 2007, c/c art. 59, §9º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016).

Subcláusula Décima Segunda. A notificação prévia, prevista na Subcláusula Décima Primeira, será feita por meio de correspondência com aviso de recebimento - AR, com cópia para a Secretaria da Fazenda ou secretaria similar e para o Poder Legislativo relativos ao CONVENENTE, devendo a notificação ser registrada na Plataforma +Brasil.

Subcláusula Décima Terceira. O registro da inadimplência na Plataforma +Brasil só será efetivado após a concessão do prazo da notificação prévia, caso o CONVENENTE não comprove o saneamento das irregularidades apontadas.

Subcláusula Décima Quarta. O CONCEDENTE terá o prazo de um ano, prorrogável por igual período mediante justificativa, contado da data do recebimento, para analisar conclusivamente a prestação de contas, com fundamento no parecer técnico expedido pelas áreas competentes. O eventual ato de aprovação da prestação de contas deverá ser registrado na Plataforma +Brasil, cabendo ao CONCEDENTE prestar declaração expressa acerca do cumprimento do objeto e de que os recursos transferidos tiveram boa e

regular aplicação.

012

Subcláusula Décima Quinta. A análise da prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar em:

I - aprovação;

II - aprovação com ressalvas, quando evidenciada impropriedade ou outra falta de natureza formal de que não resulte dano ao erário; ou

III - rejeição, com a determinação da imediata instauração de Tomada de Contas Especial, caso sejam exauridas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, nos termos da Subcláusula Décima Sétima.

Subcláusula Décima Sexta. Quando for o caso de rejeição da prestação de contas em que o valor do dano ao erário seja inferior a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), o CONCEDENTE poderá, mediante justificativa e registro do inadimplemento no CADIN, aprovar a prestação de contas com ressalva.

Subcláusula Décima Sétima. Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente do CONCEDENTE, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato na Plataforma +Brasil e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, observando os artigos 70 a 72 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.

Subcláusula Décima Oitava. Na hipótese de aplicação do artigo 6º da Instrução Normativa TCU 71, de 2012, a autoridade administrativa adotará medidas administrativas ao seu alcance ou requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso.

Subcláusula Décima Nona. Findo o prazo de que trata a Subcláusula Décima Quarta desta cláusula, considerada eventual prorrogação, a ausência de decisão sobre a aprovação da prestação de contas pelo CONCEDENTE poderá resultar no registro de restrição contábil do órgão ou entidade pública referente ao exercício em que ocorreu o fato.

Subcláusula Vigésima. Caberá ao prefeito ou governador sucessor da CONVENIENTE prestar contas dos recursos provenientes de instrumentos firmados pelos seus antecessores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, o CONVENIENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade concedente, obriga-se a recolher à CONTA ÚNICA DO TESOIRO NACIONAL, no Banco do Brasil S.A., em favor da União, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, disponível no site www.tesouro.fazenda.gov.br, portal SIAFI, informando a Unidade Gestora (UG) 130148 e Gestão 00001 (Tesouro) e:

I - o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros, inclusive o proveniente das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas e não utilizadas no objeto pactuado, ainda que não tenha havido aplicação, informando o número e a data do Convênio;

II - o valor total transferido pelo CONCEDENTE, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:

a) quando não for executado o objeto do Convênio, excetuada a hipótese prevista no art. 59, § 2º, da Portaria Interministerial nº 424, de 2016, em que não haverá incidência de juros de mora, sem prejuízo da restituição das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas;

b) quando não for apresentada a prestação de contas no prazo fixado neste instrumento; e

c) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.

III - o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais.

Subcláusula Primeira. A devolução prevista nesta Cláusula será realizada com observância da proporcionalidade dos recursos transferidos pelo CONCEDENTE e os da contrapartida do CONVENIENTE, independentemente da época em que foram aportados pelos partícipes.

Subcláusula Segunda. A inobservância ao disposto nesta Cláusula enseja a instauração de Tomada de Contas Especial ou, na hipótese de aplicação do artigo 6º da Instrução Normativa TCU 71, de 2012, a adoção de outras medidas administrativas ao alcance da autoridade administrativa ou ainda requerer ao órgão jurídico pertinente as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, com vistas à obtenção do ressarcimento do débito apurado, inclusive o protesto, se for o caso, sem prejuízo da inscrição do CONVENIENTE no Cadastro Informativo dos Créditos não quitados de órgãos e entidades federais (CADIN), nos termos da Lei nº 10.522, de 2002. **Subcláusula Terceira.** Nos casos de descumprimento do prazo previsto no **caput**, o CONCEDENTE deverá solicitar à instituição financeira albergante da conta corrente específica da transferência a devolução imediata, para a conta única do Tesouro Nacional, dos saldos remanescentes da conta corrente específica do instrumento.

Subcláusula Quarta. Nos casos em que a devolução de recursos se der em função da não execução do objeto pactuado ou devido a extinção ou rescisão do instrumento, é obrigatória a divulgação em sítio eletrônico institucional, pelo CONCEDENTE e CONVENIENTE, das informações referentes aos valores devolvidos e dos motivos que deram causa à referida devolução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens remanescentes adquiridos ou produzidos no âmbito deste Convênio serão de propriedade do CONVENIENTE, observadas as disposições do Decreto nº 6.170, de 2007 e da Portaria Interministerial nº 424, de 2016.

Subcláusula Primeira. Consideram-se bens remanescentes os equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos dos instrumentos necessários à consecução do objeto, mas que não se incorporam a este.

Subcláusula Segunda. O CONVENIENTE deverá contabilizar e proceder à guarda dos bens remanescentes, bem como encaminhar manifestação ao CONCEDENTE com o compromisso de utilizá-los para assegurar a continuidade do programa governamental, devendo nesse documento estar claras as regras e diretrizes de utilização dos bens.

Subcláusula Terceira. Quando da necessidade de transferência de bens remanescentes em favor do CONVENIENTE, esta não poderá se consolidar nos três meses que antecedem o pleito eleitoral, nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 73 da Lei nº 9.504, de 1997, ressalvadas as exceções previstas em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA DENÚNCIA E RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser:

I - **denunciado** a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença;

II - **rescindido**, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial, observado o disposto nos artigos 71 e 72 da Portaria Interministerial nº 424, de 2016;
- e) inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela, salvo as hipóteses em que houve motivada prorrogação deste prazo, conforme autorização excepcional trazida pela Portaria Interministerial nº 424, de 2016.
- f) inexistência de comprovação de retomada da execução, após findo o prazo previsto na Cláusula Oitava, Subcláusula Décima Quinta deste instrumento, situação em que incumbirá ao concedente:

1. solicitar junto à instituição financeira albergante da conta corrente específica, a transferência dos recursos financeiros por ele repassados, bem como os seus rendimentos, para a conta única da União; e
2. analisar a prestação de contas, em atenção ao disposto na cláusula Décima Quarta deste instrumento.

Subcláusula Primeira. A rescisão do Convênio, quando resulte dano ao erário, enseja a instauração de Tomada de Contas Especial ou inscrição do débito nos sistemas da Dívida Ativa da União, exceto se houver a devolução dos recursos devidamente corrigidos, sem prejuízo, no último caso, da continuidade da apuração, por medidas administrativas próprias, quando identificadas outras irregularidades decorrentes do ato praticado.

Subcláusula Segunda. No prazo máximo de 60 (sessenta) dias, a contar da denúncia ou rescisão do instrumento, o concedente providenciará o cancelamento dos saldos de empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

A eficácia do presente Convênio fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União, a qual deverá ser providenciada pelo CONCEDENTE no prazo de até 20 (vinte) dias a contar da respectiva assinatura.

Subcláusula Primeira. Será dada publicidade em sítio eletrônico específico denominado Plataforma +Brasil aos atos de celebração, alteração, liberação de recursos, acompanhamento e fiscalização da execução e a prestação de contas do presente instrumento.

Subcláusula Segunda. O CONCEDENTE notificará a celebração deste Convênio à Câmara Municipal, Assembleia Legislativa ou Câmara Legislativa, conforme o caso, no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura, bem como da liberação dos recursos financeiros correspondentes, no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da liberação, facultando-se a comunicação por meio eletrônico.

Subcláusula Terceira. O CONVENIENTE obriga-se a:

- I - caso seja município ou o Distrito Federal, a notificar os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais, com sede no município, quando da liberação de recursos relativos ao presente Convênio, no prazo de até dois dias úteis, nos termos do art. 2º da Lei nº 9.452, de 1997, facultada a notificação por meio eletrônico;
- II - identificar da celebração deste Convênio o conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência de recursos, quando houver;
- III - disponibilizar, em seu sítio eletrônico na internet ou, na sua falta, em sua sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato deste Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento na aplicação dos recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado, ou inserir link em sua página eletrônica oficial que possibilite acesso direto à Plataforma +Brasil

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

- I - todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por intermédio da Plataforma +Brasil, exceto quando a legislação regente tiver estabelecido forma especial;
- II - as mensagens e documentos resultantes de eventual transmissão via fac-símile, não poderão constituir-se em peças de

014

processo e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de 05 (cinco) dias;

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados; e

IV - as exigências que não puderem ser cumpridas por meio da Plataforma +Brasil deverão ser supridas através da regular instrução processual.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA CONCILIAÇÃO E DO FORO

Os partícipes comprometem-se a submeter eventuais controvérsias, decorrentes do presente ajuste, à tentativa de conciliação perante a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal (CCAF), da Advocacia-Geral da União, nos termos do art. 37 da Lei nº 13.140, de 2015, do art. 11 da Medida Provisória nº 2.180-35, de 24 de agosto de 2001, e do art. 18, inciso III, do Anexo I ao Decreto nº 7.392, de 13 de dezembro de 2010. Não logrando êxito a conciliação, será competente para dirimir as questões decorrentes deste Convênio, o foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, por força do inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E, assim, por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações - SEI do concedente, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Pelo CONCEDENTE:

MARCIO CANDIDO ALVES

Secretário Substituto da Agricultura Familiar e Cooperativismo

Pelo CONVENENTE:

JANDIR BANDIERA

Prefeito do Município de Coronel Domingos Soares - PR

Referência: Processo nº 21034.014652/2021-47

SEI: nº 18949903

**Nº / ANO DA PROPOSTA:**

033933/2021

OBJETO:

Aquisição de Máquinas Agrícolas.

CARACTERIZAÇÃO DOS INTERESSES RECÍPROCOS:

Coronel Domingos Soares está localizado na Região Sudoeste do Estado do Paraná, detém uma área territorial de 1.577 Km². Conforme Censo 2010 (IBGE) possui 7.238 habitantes sendo que 1.753 ocupam o perímetro urbano e 5.485 a zona rural, com IDH-M de 0,600. Considerando que os bens a serem adquiridos, visam a Promoção e Fortalecimento da Estruturação Produtiva da Agricultura Familiar, Pequenos e Médios Produtores Rurais, há interesse recíproco na presente Proposta.

RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA E OS OBJETIVOS E DIRETRIZES DO PROGRAMA:

A presente proposta está em conformidade com o programa 210V, que tem como objetivo, a Promoção e Fortalecimento da Estruturação Produtiva da Agricultura Familiar, Pequenos e Médios Produtores Rurais, ampliando a estruturação produtiva e a provisão de serviços públicos para a redução das desigualdades socioeconômicas, às comunidades rurais, em especial a Agricultura familiar, estando em consonância com o previsto na Portaria MAPA nº 277/2019.

PÚBLICO ALVO:

Serão beneficiário diretos 500 Famílias de agricultores familiares do município de Coronel Domingos Soares, e indiretamente cerca de 1.000 famílias de produtores rurais. Principais produções: Soja, milho, Trigo, feijão, erva mate e leite. Coordenadas geográficas do município: Latitude 26 graus 13 minutos 36 segundos S - Longitude 52 graus 02 minutos 04 segundos W. Os bens adquiridos serão administrados pela prefeitura municipal.

PROBLEMA A SER RESOLVIDO:

Dificuldades na abertura e manutenção de valas de silagem; Indisponibilidade de máquina para abertura ou manutenção de bebedouros para os animais; Falta de suporte para a manutenção de acessos dentro das propriedades; Dificuldade no escoamento da produção por falta de manutenção em estradas; Dificuldade no preparo do solo, principalmente para culturas alternativas; falta de suporte a agregação de valor a produção e comercialização; Êxodo rural.

RESULTADOS ESPERADOS:

Melhorar a qualidade da produção rural; Agilizar o atendimento aos produtores e evitar a perda da produção; facilitar a acessibilidade nas propriedades rurais; melhorar a trafegabilidade para escoamento da produção; melhorar e agilizar o preparo do solo e colheita; agregar valor a produção; viabilizar a comercialização de produtos diretos aos consumidores; reduzir êxodo rural; melhorar a qualidade de vida das famílias.

1 - DADOS DO CONCEDENTE

CONCEDENTE: 22000	NOME DO ÓRGÃO/ÓRGÃO SUBORDINADO OU UG: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO		
CPF DO RESPONSÁVEL: 528.909.531-49	NOME DO RESPONSÁVEL: MARCIO CANDIDO ALVES		
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS BLOCO D 9º ANDAR SALA 915 (61) 32182665			CEP DO RESPONSÁVEL: 70043-900

2 - DADOS DO PROPONENTE

PROponente: 01.614.415/0001-18					
RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE: MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES					
ENDEREÇO JURÍDICO DO PROPONENTE: AVENIDA ARAUCARIA, 3120, PREFEITURA					
CIDADE: CORONEL DOMINGOS SOARES	UF: PR	CÓDIGO MUNICÍPIO: 0846	CEP: 85557000	E.A.: Administração Pública Municipal	DDD/TELEFONE: 4632541166
BANCO: 104 - CAIXA ECONOMICA		AGÊNCIA: 1319-6	CONTA CORRENTE: 0060710187		
CPF DO RESPONSÁVEL: 383.803.310-87	NOME DO RESPONSÁVEL: JANDIR BANDIERA				
ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL: AVENIDA ARAUCARIA, 2913, APTO 101 - CENTRO					CEP DO RESPONSÁVEL: 85557000

VALOR GLOBAL:	R\$ 1.119.598,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA:	R\$ 188.473,00	
VALOR DOS REPASSES:	Ano	Valor
	2021	R\$ 931.125,00
VALOR DA CONTRAPARTIDA FINANCEIRA:	R\$ 188.473,00	
VALOR DA CONTRAPARTIDA EM BENS E SERVIÇOS:	R\$ 0,00	
VALOR DE RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO:	R\$ 0,00	
INÍCIO DE VIGÊNCIA:	20/12/2021	
FIM DE VIGÊNCIA:	20/09/2024	
VIGÊNCIA DO CONVÊNIO:	2024	

Meta nº: 1

Especificação: Aquisição de máquinas agrícolas.			
Unidade de Medida: UN	Quantidade: 1.0	Valor: R\$ 1.119.598,00	
Início Previsto: 20/12/2021	Término Previsto: 20/09/2024	Valor Global: R\$ 1.119.598,00	
UF:	Município:	CEP:	
Endereço:			
Etapas/Fase nº: 1			
Especificação: Microtrator novo.			
Quantidade: 6.0 UN	Valor: R\$ 104.598,00	Início Previsto: 20/12/2021	Término Previsto: 20/09/2024
Etapas/Fase nº: 2			
Especificação: Retroescavadeira, Nova.			
Quantidade: 1.0 un	Valor: R\$ 423.333,33	Início Previsto: 20/12/2021	Término Previsto: 20/09/2024
Etapas/Fase nº: 3			
Especificação: Rolo Compactador Novo.			
Quantidade: 1.0 UN	Valor: R\$ 591.666,67	Início Previsto: 20/12/2021	Término Previsto: 20/09/2024

6 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO

MÊS DESEMBOLSO: Dezembro	ANO: 2021
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 931.125,00
DESCRIÇÃO: Aquisição de máquinas agrícolas.	
VALOR DO REPASSE:	PARCELA Nº: 1

7 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO
MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES

MÊS DESEMBOLSO: Dezembro	ANO: 2021
META Nº: 1	VALOR DA META: R\$ 188.473,00
DESCRIÇÃO: Aquisição de máquinas agrícolas.	
VALOR DO REPASSE:	PARCELA Nº: 1

8 - PLANO DE APLICAÇÃO DETALHADO

DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Microtrator novo, Diesel, 10HP, equipado com: Engate cambão carreta, Carretinha para microtrator.				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Convênio			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Avenida Araucária, 3120				
CEP: 85557-000	UF: PR	MUNICÍPIO: 0846 - CORONEL DOMINGOS SOARES		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 6,00	V. UNITÁRIO: R\$ 17.433,00	V.TOTAL: R\$ 104.598,00	
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Rolo Compactador com Cabine com ar condicionado; Motor à Diesel; Potência mínima de 125HP; Controle elétrico e hidráulico para mudança de velocidades; Peso operacional mínimo de 12.000 kg.				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Convênio			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Avenida Araucária, 3120				
CEP: 85557-000	UF: PR	MUNICÍPIO: 0846 - CORONEL DOMINGOS SOARES		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO: R\$ 591.666,67	V.TOTAL: R\$ 591.666,67	
OBSERVAÇÃO:				
DESCRIÇÃO DO BEM/SERVIÇO: Retroescavadeira nova, tração 4x4, potência mínima 88 HP, cabine fechada com ar condicionado, caçamba de carregamento mínimo 0,96 m³, caçamba da retro com mínimo de 0,25 m³, profundidade da escavação máxima, mínimo de 4,25 metros, peso operacional mínimo 7.100 kg.				
NATUREZA DA AQUISIÇÃO: Recursos do Convênio			NATUREZA DA DESPESA: 449052	
ENDEREÇO DE LOCALIZAÇÃO: Avenida Araucária, 3120				
CEP: 85557-000	UF: PR	MUNICÍPIO: 0846 - CORONEL DOMINGOS SOARES		
UNIDADE: UN	QUANTIDADE: 1,00	V. UNITÁRIO: R\$ 423.333,33	V.TOTAL: R\$ 423.333,33	
OBSERVAÇÃO:				

9 - PLANO DE APLICAÇÃO CONSOLIDADO

NATUREZA DA DESPESA				
Código	Total	Recursos	Contrapartida Bens e Serviços	Rendimento de Aplicação
449052	R\$ 1.119.598,00	R\$ 1.119.598,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL GERAL:	R\$ 1.119.598,00			

10 - DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto ao _____ para efeitos e sob as penas da Lei, que inexistem qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, que impeça a transferência de recursos oriundos da dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste plano de trabalho.

Pede Deferimento,

Local e Data

Proponente

11 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE DO PLANO DE TRABALHO

Aprovado

Local e Data

Concedente
(Representante legal do Órgão ou Entidade)

12 - ANEXOS**Comprovantes de Capacidade Técnica e Gerencial****Nome do Arquivo:**

Declaração de Capacidade Técnica - Proposta 033933-2021 - atualizada - 16-11.pdf

Comprovação da Contrapartida**Nome do Arquivo:**

Declaração de Contrapartida + QDD - Proposta 033933-2021 - atualizado 23-11.pdf

Documentos Digitalizados do Convênio**Nome do Arquivo:**

Publicacao no DOU 919286_2021.pdf

Termo de Convênio 919286_2021.pdf



Razão social: Schneider Ferramentas LTDA

CNPJ: 06.173.829/0001-72

IE: 9030343198

Telefone: (46) 3523-5238

Endereço: A. Luiz Antônio Faedo. 1014 - Centro

Cidade: Francisco Beltrão - PR.

Responsável Legal: Emerson Luciano Schneider - CPF: 706.913.209-34

ORÇAMENTO

A

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES - PR

CNPJ 01614415/0001-18

ORÇAMENTO

06UN MICROTRATOR 10HP MODELO MCD 10135 KAWASHIMA A DIESEL VALOR UNIT R\$11800,00

06UN CARRETA PARA MICROTRATOR VALOR UNIT R\$5514,00

06UN ENGATE CAMBAO CARRETA VALOR UNIT R\$436,00

VALOR TOTAL R\$ 106500,00 A VISTA

ENTREGA EM 60 DIAS

VALIDADE PROPOSTA 30 DIAS

06.173.829/0001-72
SCHNEIDER
FERRAMENTAS LTDA
Av. Luiz Antônio Faedo, 1014
Centro - CEP 85601-275
Francisco Beltrão - Paraná

Francisco Beltrão, 11 de novembro de 2021.

Curitiba, 16 de Novembro de 2021.

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CEL DOMINGOS SOARES**A/C Sr. Cleberson****Proposta Comercial****Prezados Senhores:**

A Veneza Equipamentos é um dos maiores distribuidores dos Equipamentos de Construção da marca John Deere no Brasil. Presente em 12 Estados (SP, BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA, PR, SC) a Veneza Equipamentos tem suas instalações bem equipadas e corpo técnico treinado para atender suas máquinas para constantemente exceder as expectativas de nossos clientes. O Grupo VENEZA oferece mais de 30 anos de experiência na comercialização de Caminhões, Ônibus, Equipamentos Pesados de Construção, Máquinas Agrícolas e Tratores, além de oferecer implementos, peças de reposição genuínas e serviço técnico especializado.

A JOHN DEERE é considerada uma das maiores empresas de Máquinas e Equipamentos do Mundo com mais de 170 anos de presença no mercado. No Brasil, está presente desde a década de 70, possui 4 Fábricas para atender a Linha Agrícola e um Centro de Distribuição de Peças para suprir toda a América do Sul.

Atualmente, a JOHN DEERE concluiu mais DUAS FÁBRICAS no Brasil onde possui a produção de retroescavadeiras e carregadeiras com tração nas quatro rodas e escavadeiras Deere-Hitachi e tratores de esteira. Com toda esta estrutura, conseguimos proporcionar um excelente nível de serviço para todos os nossos clientes e manter o padrão de qualidade internacional John Deere.





RETROESCAVADEIRA, NOVA, MARCA JOHN DEERE, MODELO 310LS 4X4

Retroescavadeira, nova de fabricação nacional, marca John Deere, modelo 310L, tração 4X4, equipada com Motor John Deere PowerTech 4.5L (276 CU IN), Brasil, esse motor possui certificação de emissões MAR-I/EPA Tier III / EU Stage IIIA , potência bruta a 88hp a 2000rpm, cabine fechada Ultimate com ar condicionado e portas duplas, tração dianteira mecânica com diferencial aberto e transmissão Powershift, conversor de torque com alavanca de controle da transmissão Twist Grip TCL eletricamente atuada para a 1ª a 4ª marcha, 4 marchas a frente e 2 a ré; sistema hidráulico da carregadeira de função dupla, alavanca única, caçamba da carregadeira de uso geral de 0,96m³ e caçamba retro largura 30", capacidade de 0,28 m³ com dentes, profundidade de escavação máxima de 4,27m³, pneus dianteiros 12,5/80 x 18 L3, traseiro 19,5L-24-R4, protetor de carter instalado, capacidade do tanque 155,2L, peso operacional 7.103 Kg.

Classificação fiscal: 84295900 - **Código Fname:** 3418859

INVESTIMENTO

Valor Unitário: R\$ 450.000,00
(Quatrocentos e cinquenta mil reais)

Os preços desta proposta estão calculados considerando o faturamento pela **Veneza Equipamentos Sul Comercio Ltda** - Curitiba- Pr.

OPÇÕES DE PAGAMENTO

À vista, através de financiamento bancário com taxas e condições especiais via Banco John Deere ou banco de sua preferência, conforme condições e taxas vigentes.

Obs.: Sujeito a análise e aprovação de crédito pelo agente financeiro.

IMPOSTOS

- Impostos incluídos no preço conforme legislação em vigor nesta data para equipamentos nacionais.
- Qualquer alteração por partes dos três níveis de governo serão integralmente repassadas a V. Sas.
- ICMS: 12% (PR)
- Diferença de impostos na barreira, por conta do cliente.
- IPI/ PIS/ COFINS : 0%.

GARANTIA

- Os equipamentos John Deere são cobertos por garantia de 12 meses a contar de seu faturamento, independente do número de horas trabalhadas, para defeitos de fabricação, e de acordo com os termos do Certificado de Garantia entregue junto com o equipamento.
- Durante o período de garantia, as revisões deverão ser executadas por um distribuidor autorizado John Deere conforme previsto no Manual de Operações, sob pena de perda da garantia.
- Não estão incluídas na garantia as peças que apresentarem desgastes condizentes com o número de horas trabalhadas do equipamento, itens de manutenção, peças substituídas a título de manutenção preventiva e defeitos oriundos de quaisquer acidentes com o equipamento e/ou má operação.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

- Entrega em Cel Domingos Soares - PR – Pátio da Prefeitura Municipal.
- Prazo de entrega: Até 15 dias, após homologado.

ENTREGA TÉCNICA

Será realizada por um mecânico especializado, qualificado pela John Deere, onde será feita apresentação do equipamento, seus dispositivos técnicos, acessórios e comandos. Será realizada demonstração das funções do equipamento para sua operação e os itens a serem verificados na manutenção diária.

Veneza Equipamentos Sul

**VALIDADE DA PROPOSTA**

A presente proposta é válida por 60 dias, salvo venda prévia.

O departamento comercial e técnico da Veneza Equipamentos Sul se coloca a sua inteira disposição para esclarecer quaisquer dúvidas que por ventura venha a surgir.

“As informações contidas nessa proposta seguem as diretrizes da lei geral de proteção de dados (LGPD). Para mais detalhes consultar <https://www.deere.com.br/pt/privacidade-e-dados/>”.

Atenciosamente,



Veneza Equipamentos Sul
CNPJ: 29.644.666/0001-64

29 644 666/0001-64
VENEZA EQUIPAMENTOS
SUL COMÉRCIO LTDA
Rod. BR 277 n° 2160
Mossunguê - CEP 82305-100
Curitiba - PR



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 29.644.666/0001-64 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 01/12/2017
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VENEZA EQUIPAMENTOS	PORTE DEMAIS
--	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.14-7-08 - Manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e aparelhos para transporte e elevação de cargas 33.14-7-17 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores 45.30-7-02 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar 45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar 46.14-1-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves 46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças 64.63-8-00 - Outras sociedades de participação, exceto holdings 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 77.39-0-99 - Aluguel de outras máquinas e equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente, sem operador

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO ROD CURITIBA PONTA GROSSA BR-277	NÚMERO 2160	COMPLEMENTO *****
---	-----------------------	----------------------

CEP 82.305-100	BAIRRO/DISTRITO SANTO INACIO	MUNICÍPIO CURITIBA	UF PR
--------------------------	--	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO VENEZA@VENEZA.COM.BR	TELEFONE (41) 4106-1184
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 01/12/2017
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/11/2021 às 09:59:12 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



**eletro
REAL**

ELETRO REAL
AV. TUPY, 157 - BAIRRO BORTOT
CNPJ: 01.732.968/0001-75
PATO BRANCO - PR - 85504-000
E-mail: eletrorealpb@gmail.com
FONE: (46)3225-2882

00087953

ORÇAMENTO

11/11/2021

Cliente: 0024589 - MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES
Endereço: AVENIDA ARAUCARIA, 3120 - CENTRO
Telefone:
Cidade: CORONEL DOMINGOS SOARES - PR - 85557-000
E-mail:

CNPJ: 01.614.415/0001-18
Previsão Entrega: Indeterminada
Vendedor: 0000003 - TIAGO PICCINI
Consultor:
Produtivo:
Validade: 30 dias

Quant.	UN	Código	Marca	Descrição	Localização	Valor Unitário	Valor Total
6		MICROT		MICROTRATOR MCD10135 KAWASHIMA 10HP DIESEL		R\$ 11.015,00	R\$ 66.090,00
6		ENGATE		ENGATE CAMBAO CARRETINHA		R\$ 414,00	R\$ 2.484,00
6		CARRET		CARRETINHA PARA MICROTRATOR		R\$ 5.304,00	R\$ 31.824,00

Produtos: Total Bruto: R\$ 100.398,00
Desconto: R\$ 0,00
Total Líquido: R\$ 100.398,00

Forma Pagamento:

Desconto: R\$ 0,00

Observações:

Total: R\$ 100.398,00

PRAZO DE ENTREGA 40 DIAS

01.732.968/0001-75

**PICCINI REBOBINADORA DE
MOTORES ELÉTRICOS**

AV TUPY, 157 CEP 85504-000

PATO BRANCO

PR

Assinatura

AUTORIZO A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E PRODUTOS APRESENTADOS NESSE DOCUMENTO



PATO INDÚSTRIA
INDÚSTRIA E COM. DE MÁQ. AGRÍCOLA EIRELE.
Fone/Fax: 46 - 3225-8342

CNPJ: 03.381.927/0001-07
IE: 9021447304
Rua Getúlio Dalpascoale, 300
Bairro São Francisco
Pato Branco - PR

Pato Branco, 11 de novembro de 2021.

ORÇAMENTO

PREZADO SENHOR:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES/PR

CNPJ: 01.614.415/0001-18

Conforme solicitado temos a grata satisfação de apresentar nossa proposta técnica / comercial de equipamentos de nossa fabricação, juntamente com as condições gerais de fornecimento.

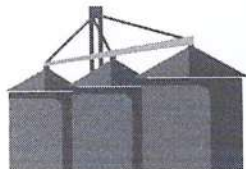
Esperamos que o presente atenda todas as suas pretensões, e colocamo-nos ao vosso inteiro dispor para quaisquer esclarecimentos adicionais.

CARLOS ROBERTO
BIASEBETTI
JUNIOR: 59781580020

Assinado de forma digital por
CARLOS ROBERTO BIASEBETTI
JUNIOR: 59781580020
Dados: 2021.11.11 17:11:33
-03'00"

Atenciosamente

Pato Indústria e Comercio de Maquinas Agrícolas



PATO INDÚSTRIA
INDÚSTRIA E COM. DE MÁQ. AGRÍCOLA EIRELE.
Fone/Fax: 46 -3225-8342

CNPJ: 03.381.927/0001-07
 IE:9021447304
 Rua Getulio Dalpascoale, 300
 Bairro São Francisco
 Pato Branco - PR

A. MATERIAL EXCEDENTE:

Item	Qde	Unid	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	06	PÇ	MICROTRATOR KAWASHIMA 10HP MODELO MCD – 10135 DIESEL	R\$ 11.976,00	R\$ 71.856,00
02	06	PÇ	ENGATE CARRETINHA	R\$ 442,00	R\$ 2.625,00
03	06	PÇ	CARRETINHA MICROTRATOR	R\$ 5.398,00	32.388,00

A - TOTAL DAS PEÇAS

R\$ 106.896,00

ORÇAMENTO VALIDO POR 30 DIAS

PRAZO DE ENTREGA 60 DIAS

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO A COMBINAR

CARLOS ROBERTO
 BIASEBETTI
 JUNIOR:59781580020

Assinado de forma digital por CARLOS ROBERTO
 BIASEBETTI JUNIOR:59781580020
 Dados: 2021.11.11 17:11:45 -03'00'

Atenciosamente

Pato Industria e Comercio de Maquinas Agrícolas



Cascavel, 16 de novembro de 2021.

Município de Coronel Domingos Soares

Ref.: ROLO COMPACTADOR CS54B NOVO,

Prezado(a) cliente(s):

Em nome de Paraná Equipamentos S.A., com sede em Curitiba, à Marginal da BR 116 (km 100) Nº 11.807, no Estado do Paraná, com C.G.C. nº 76.527.951/0001-85 e Inscrição Estadual nº 10107473-05, temos a grata satisfação de apresentar nossa Proposta para venda do equipamento novo, marca "Caterpillar".

Temos a certeza de estar oferecendo equipamentos de alta qualidade e com características técnicas que se comprovam na aplicação diária e nos diversos tipos de serviços a que são normalmente submetidos.

Na certeza de estarmos oferecendo um negócio seguro e uma excelente oportunidade para sua empresa, comprovar a eficiência de nossos serviços, confiamos na boa escolha que por certo V.Sas. farão.

Atenciosamente,

Marciel Paim de Almeida

PESA – DVM - Vendas Cascavel

Tel.: +55 45 2101-2500

Cel.: +55 42 98836-9006

almeida_marciel@pesa.com.br

www.pesa.com.br

**ESCOPO BÁSICO DE FORNECIMENTO:**

Rolo compactador vibratório de solo de fabricação nacional, marca CATERPILLAR, modelo CS54B. Acionado por motor diesel CATERPILLAR modelo C4.4 ACERT com potência bruta de 129 HP. Tambor liso de 2.134 mm de largura e 1.534 mm de diâmetro-Cinta Kit Pata Quadrada-Raspador dianteiro-Sistema vibratório de amplitudes Alta e Baixa-Frequência simples de 30.5 Hz (1830 vpm) com alta e baixa amplitude-Controle elétrico/hidráulico para mudanças das faixas de velocidades-Força centrífuga máxima de 234 kN-Força centrífuga mínima de 133 kN-Duas faixas de velocidades-Alternador de 75A-Sistema de partida de 24 volts-Sistema de alarme sonoro do motor e hidráulico-Kit de marcadores e luzes de aviso-Sistema com 2 bombas de propulsão, permitindo um esforço de tração contínuo especialmente em condições de baixa sustentação-Dois sistemas de freio-Transmissão hidrostática de 2 velocidades adiante e 2 a ré-Pneu tipo tração - Cabine ROPS/FOPS fechada com ar condicionado -Peso de operação:11.965 kg. Fabricação: CATERPILLAR Brasil Ltda. -Piracicaba -SP.CODIGO FINAME: 3053617 CLASSIFICAÇÃO FISCAL: 8429.40.00

Preço:

R\$ 615.000,00 (Seiscentos e quinze mil reais)

CONDIÇÃO DE PAGAMENTO:

Conforme edital

GARANTIA DO EQUIPAMENTO:

O equipamento oferecido na presente proposta, é garantido por 12(doze) meses, a contar da data da entrega técnica, contra qualquer defeito de fabricação, devidamente comprovado, excetuando-se os que possam ocorrer devido a acidentes e/ou por operação imprópria.

Durante o período de garantia **serão cobradas somente** as despesas de deslocamento do técnico até o equipamento.



PRAZO e LOCAL DE ENTREGA:

Em até 180 dias após autorização de faturamento do banco (conforme disponibilidade de estoque) **salvo venda prévia**, será entregue em local combinado com cliente em condições de operação imediata.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA:

Estamos capacitados a oferecer uma assistência técnica completa. Possuímos excelente estoque de peças de reposição e equipe de mecânicos especializados e equipados com ferramental e veículos, para proporcionar atendimento no local de trabalho da máquina.

SUPORTE AO PRODUTO – PEÇAS E SERVIÇO:

- A PESA, Grupo Paraná Equipamentos S.A. possui junto à fábrica, um **sistema de comunicação interligado com as 109 fábricas da CATERPILLAR em todo o planeta**, para o mais fácil e ágil intercâmbio de informações e total e pleno atendimento **eficaz cobertura na assistência de peças e serviços**.

PEÇAS:

- Todo equipamento Caterpillar tem sua eficiência operacional garantida não só pela qualidade de seus produtos, mas também pela existência de peças genuínas em estoques nos revendedores e na própria fábrica. O estoque de peças da Paraná Equipamentos é totalmente informatizado e tem suas reposições de peça diária, através de critérios racionais, recomendados pela própria fábrica. Oferecemos além das tradicionais peças novas CATERPILLAR, outras quatro opções de peças para nossos clientes, tais como:

- => **CAT/CAT;**
- => **CAT/REMAN;**
- => **CAT/CLASSIC;**
- => **PESA/CURIPÉÇAS;**
- => **PESA/GENÉRICAS;**

Estas opções acima são interessantes e **reduzem o custo de manutenção** com máquinas CATERPILLAR e garantem um prazo de entrega alternativo visando um **menor tempo de máquina parada** possível.

**SERVIÇOS:**

- ☐ A Paraná Equipamentos tem em sua Oficina, Técnicos, Mecânicos, Equipamentos e Ferramental, especializados e qualificados para efetuar todo e qualquer reparo que o equipamento Caterpillar necessite, seguindo os padrões exigidos pela Caterpillar, com controle e qualidade superior.

VALIDADE DA PROPOSTA:

A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O equipamento que estamos ofertando, segue o mesmo padrão da CATERPILLAR no mundo todo.

Trata-se de um projeto confiável, resistente e durável, comprovado em aplicações ao redor de todo o planeta.

O suporte ao produto, garante uma disponibilidade mundial de peças e serviços, através da rede mundial de revendedores. A PARANÁ EQUIPAMENTOS, mantém uma estrutura dedicada ao produto ofertado, em Cascavel PR garantindo rapidez e qualidade nos serviços de pós-venda.

Atenciosamente,

Marciel Paim de Almeida
PESA – DVM - Vendas Cascavel

Tel.: +55 45 2101-2500

Cel.: +55 42 98836-9006

almeida_marciel@pesa.com.br

www.pesa.com.br



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 76.527.951/0001-85 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 06/09/1966
--	---	---------------------------------------

NOME EMPRESARIAL PARANA EQUIPAMENTOS S A
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 47.89-0-99 - Comércio varejista de outros produtos não especificados anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes 33.14-7-17 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - Sociedade Anônima Fechada

LOGRADOURO ROD BR-116	NÚMERO 11807	COMPLEMENTO KM 100
---------------------------------	------------------------	------------------------------

CEP 81.690-100	BAIRRO/DISTRITO HAUER	MUNICÍPIO CURITIBA	UF PR
--------------------------	---------------------------------	------------------------------	-----------------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FISCAL@PESA.COM.BR	TELEFONE (41) 2103-2294
--	-----------------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
------------------------------------	---

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/11/2021 às 10:00:21 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

YAMADIESEL EQUIPAMENTOS

ENDEREÇO: Rodovia Br 277 Km 113 N° 540 - Bairro Rondinha - Caixa Postal 856 - CIDADE/ESTADO: Campo Largo/PR

TELEFONES: (41) 3555-3723 - (41) 3555-3679 e E-mail: contato@yamadiesel.com.br

CNPJ: 22.087.311/0001-72

IE: 906.900.40-80

PROPOSTA DE PREÇOS**À PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES -PR.**

Prezado,

Apresentamos a seguir, a nossa proposta de preços para fornecimento de 01 (Uma)

RETROESCAVADEIRA NOVA, com as seguintes ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	01 (uma) RETROESCAVADEIRA 4X4 , nova, marca/fabricante XCMG, ano/modelo 2021/2021, última série, zero hora, equipada com tração 4x4, motor turbo diesel com potência nominal de 100 Hp com atendimento ao controle de emissão de poluentes PROCONVE MAR-I- CONAMA, transmissão com conversor de torque com 04 velocidades à frente e 04 velocidades à ré, peso operacional de 7.600 kg, carregadeira frontal com caçamba de 1,0 m ³ de capacidade volumétrica, força de desagregação de 6.730 Kgf e 2.500 kg de capacidade de carga. Retroescavadeira com altura de descarga de 3,495 m, profundidade de escavação de 4,500 m, caçamba traseira de 30 polegadas de largura com 6.424 Kgf de força de desagregação. Rodas e pneus novos nacionais, sendo 12-16,5 na dianteira e 19.5-24 na traseira. Freios a disco múltiplos banhados a óleo. Sistema de iluminação para trabalho noturno. Cabine fechada ROPS/FOPS com ar condicionado. Garantia de 12 (doze) meses da entrada em operação, com entrega técnica sem ônus e treinamento de mecânicos e operadores. Incluso os manuais de operação, manutenção e peças no padrão do fabricante e em língua portuguesa. <i>O proponente deverá ser autorizado pelo fabricante e possuir assistência técnica própria e homologada no Estado do Paraná.</i>	01	R\$ 400.000,00	R\$ 400.000,00

(Valor por extenso: Quatrocentos Mil Reais) – Para 1 (Uma) unidade.

YAMADIESEL EQUIPAMENTOS

PARANÁ

www.yamadiesel.com.br

(41) 3555-3723/Campo Largo – (45) 3097-6433/Cascavel

A proposta tem validade por 90 (noventa) dias.

Entrega em até 90 (noventa) dias. Salvo Venda Prévia.

Cascavel/PR, 12 de Novembro de 2021.

Atenciosamente,



YAMADIESEL EQUIPAMENTOS
CNPJ 22.087.311/0001-72



PARANÁ

www.yamadiesel.com.br

(41) 3555-3723/Campo Largo - (45) 3097-6433/Cascavel



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
22.087.311/0001-72
MATRIZ

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL

DATA DE ABERTURA
18/03/2015

NOME EMPRESARIAL

YAMADIESEL COMERCIO DE MAQUINAS - BREL I

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
YAMADIESEL

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL

46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

33.14-7-10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente
33.14-7-12 - Manutenção e reparação de tratores agrícolas
33.14-7-15 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo
33.14-7-16 - Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas
33.14-7-17 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores
33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
46.14-1-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves
46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças
46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças
46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional
52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos
73.19-0-02 - Promoção de vendas
77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor
77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA

230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)

LOGRADOURO
R ALCIDES VALENTINO ZANELLA

NÚMERO
540

COMPLEMENTO

CEP
83.607-312

BAIRRO/DISTRITO
RONDINHA

MUNICÍPIO
CAMPO LARGO

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO
CONTATO@YAMADIESEL.COM.BR

TELEFONE
(41) 3555-3723

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
18/03/2015

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/11/2021** às **08:12:19** (data e hora de Brasília).

Página: 1/2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.087.311/0001-72 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/03/2015
NOME EMPRESARIAL YAMADIESEL COMERCIO DE MAQUINAS - EIRELI		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári		
LOGRADOURO R ALCIDES VALENTINO ZANELLA	NÚMERO 540	COMPLEMENTO *****
CEP 83.607-312	BAIRRO/DISTRITO RONDINHA	MUNICÍPIO CAMPO LARGO
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO CONTATO@YAMADIESEL.COM.BR		TELEFONE (41) 3555-3723
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 18/03/2015
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **16/11/2021** às **08:12:19** (data e hora de Brasília).

Página: 2/2


SARANDI TRATORES LTDA

CNPJ 17.266.575/0001-85 - IE 70109638-04
 AV. ADEMAR BORNIA, 629, JARDIM EUROPA
 SARANDI - PARANÁ - CEP 87.113-000
 FONE (44) 3224-3033
 E-MAIL: sarandi@saranditratores.com.br



Cascavel (PR), 16 de Novembro de 2021.

Prefeitura Municipal de Coronel Domingo Soares-Pr
 A/C: Sra. Nara

PROPOSTA COMERCIAL

A empresa SARANDI TRATORES LTDA distribuidor exclusivo para o Estado do Paraná-Pr através dos DDD's (43, 44, 45 e 46) e estado de São Paulo-Sp através dos DDD's (14, 16, 17 e 18) da marca LIUGONG e da marca YANMAR no Estado do Paraná através dos DDD's (43, 44 e 45), especializada no comércio de Máquinas, Peças, Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva e Locações de equipamentos rodoviários e de construção, vêm, por este meio, apresentar e submeter à apreciação de V.Sas. proposta de preço, para o equipamento de interesse descrito abaixo:

ITEM	UNID.	DESCRIÇÃO	VALOR
01	MÁQ.	ROLO COMPACTADOR, MARCA LIUGONG, MODELO 6612E, MOTOR CUMMINS QSB4.5 Tier III/Mar-I, COM POTÊNCIA BRUTA DE 162 HP, CABINE FECHADA ROPS COM AR CONDICIONADO, LARGURA DO TAMBOR: 2.130 MM, PESO OPERACIONAL DE 12.200 KG, DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME FOLHA DE ESPECIFICAÇÕES EM ANEXO.	À Vista R\$ 570.000,00
FORMA DE PAGAMENTO		À VISTA	Entrada R\$ 0,00
OBSERVAÇÕES: Equipamento com excelente Custo x Benefício...			

Garantia do produto: 12 meses ou 2.000 horas, conforme termo de garantia do fabricante.

Prazo de entrega: 90 dias (Prazo válido para esta data podendo sofrer alterações)

Validade desta proposta: 60 (Sessenta) dias.

Sem mais para o momento, colocamo-nos à inteira disposição de V.S.as., e subscrevemo-nos.

SARANDI TRATORES JEFERSON CARNIEL

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 77.266.575/0001-85 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 06/10/1976	
NOME EMPRESARIAL SARANDI TRATORES LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) SARANDI TRATORES			PORTE DEMAIS
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 33.14-7-16 - Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas 45.20-0-07 - Serviços de instalação, manutenção e reparação de acessórios para veículos automotores 45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores 46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças 47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO AV ADEMAR BORNIA		NÚMERO 629	COMPLEMENTO TERREO
CEP 87.113-000	BAIRRO/DISTRITO JARDIM EUROPA	MUNICÍPIO SARANDI	UF PR
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE (44) 3224-3033	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 16/11/2021 às 09:04:14 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONSULTAR QSA

VOLTAR

IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

[Passo a passo para o CNPJ](#) [Consultas CNPJ](#) [Estatísticas](#) [Parceiros](#) [Serviços CNPJ](#)
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL



YAMADIESEL EQUIPAMENTOS

ENDEREÇO: Rodovia Br 277 Km 113 N° 540 - Bairro Rondinha - Caixa Postal 856 - Campo Largo/PR

TELEFONES: (41) 3555-3723 - (41) 3555-3679 e E-mail: contato@yamadiesel.com.br

CNPJ: 22.087.311/0001-72

IE: 906.900.40-80

PROPOSTA DE PREÇOS

À

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL DOMINGOS SOARES-PR.

Prezado,

Apresentamos a seguir, a nossa proposta de preços para fornecimento de 01 (Um) **ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO**, novo, com as seguintes ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:

ITEM	DESCRIÇÃO DO EQUIPAMENTO	QT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	ROLO COMPACTADOR VIBRATÓRIO COM KIT PATA novo/zero hora, com as seguintes <u>ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS</u> , ano/modelo 2021/2021, marca XCMG, modelo XS123PDBR, peso operacional de 12.000 kg, equipado com motor turbo diesel nacional com potência de 130 HP, 04 (Quatro) cilindros e atendimento comprovado pelo CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE-CONAMA ao controle de emissão de poluentes PROCONVE MAR I, transmissão hidrostática com 2 velocidades à frente e 2 velocidades à ré, tração no cilindro frontal e nos pneus traseiros, cilindro liso com kit patas (2x1) com largura de 2.130mm e diâmetro de 1.523 mm, potência centrífuga de 305KN, impacto de vibração em alta de 38.522Kgf, impacto de vibração em baixa de 22.910Kgf, sistema de vibração de duas amplitudes sendo a alta amplitude de 1.8mm e a baixa amplitude de 0.9mm, sistema de frequência de 33Hz, capacidade de subida de rampa de 45%, comprimento total da máquina máximo de 5,97m. cabine ROPS/FOPS fechada com ar condicionado equipada com sistema de som Rádio AM/FM/USB e luzes de trabalho noturno dianteira e traseira, sistema elétrico de 24 Volts com buzina, interruptor geral da bateria, alarme de ré e painel de instrumentos completo. Deve acompanhar o equipamento no ato da entrega técnica, chave reserva, <u>manuais de operação e manutenção em língua portuguesa</u> . O fabricante deverá fornecer garantia mínima de 12 meses livre de horas trabalhadas e assistência técnica obrigatoriamente realizada pela própria empresa vencedora do certame licitatório, devidamente autorizada pelo fabricante no Estado do Paraná.	01	R\$ 590.000,00	R\$ 590.000,00

(Valor por extenso: Quinhentos e noventa Mil Reais) – Para 1 (Uma) unidade.

A proposta tem validade de 60 (sessenta) dias.

Entrega em até 90 (noventa) dias. Salvo Venda Prévia

Cascavel-PR, 12 de novembro de 2021.

Atenciosamente,



YAMADIESEL EQUIPAMENTOS
CNPJ 22.087.311/0001-72

YAMADIESEL EQUIPAMENTOS

PARANÁ e RIO DE JANEIRO

www.yamadiesel.com.br

(41) 3555-3723/Campo Largo - (45) 3097-6433/Cascavel - (24) 3381-8485/Resende RJ



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.087.311/0001-72 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 18/03/2015
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
YAMADIESEL COMERCIO DE MAQUINAS - EIRELI

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
YAMADIESEL

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
46.63-0-00 - Comércio atacadista de Máquinas e equipamentos para uso industrial; partes e peças

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS

33.14-7-10 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso geral não especificados anteriormente

33.14-7-12 - Manutenção e reparação de tratores agrícolas

33.14-7-15 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos para uso na extração mineral, exceto na extração de petróleo

33.14-7-16 - Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas

33.14-7-17 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores

33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais

43.13-4-00 - Obras de terraplenagem

45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores

45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores

45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores

46.14-1-00 - Representantes comerciais e agentes do comércio de máquinas, equipamentos, embarcações e aeronaves

46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças

46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças

46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças

49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.

49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional

52.29-0-02 - Serviços de reboque de veículos

73.19-0-02 - Promoção de vendas

77.11-0-00 - Locação de automóveis sem condutor

77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
230-5 - Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresári

LOGRADOURO
R ALCIDES VALENTINO ZANELLA

NÚMERO
540

COMPLEMENTO

CEP
83.607-312

BAIRRO/DISTRITO
RONDINHA

MUNICÍPIO
CAMPO LARGO

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO
CONTATO@YAMADIESEL.COM.BR

TELEFONE
(41) 3555-3723

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
18/03/2015

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

PROPOSTA Nº 10/1121/1176

São José dos Pinhais, 12 de novembro de 2021

Ao

MUNICÍPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ: 01.614.415/0001-18

Coronel Domingos Soares - PR

Engepeças Equipamentos Ltda, empresa comercial, distribuidor autorizado dos produtos **JCB para o estado do PARANÁ e SANTA CATARINA**, com sede na Rua José Semes, 17680 - Bairro Itália, São José dos Pinhais - PR, CEP 83.020-442, inscrita no CNPJ 05.063.653/0010-24, Inscrição Estadual 90799050-86, por meio desta, apresenta PROPOSTA COMERCIAL, para o fornecimento do equipamento abaixo descrito:

Produto:

01 (uma) Retroescavadeira nova, Marca JCB, Modelo **3CX Turbo 4x4**, de FABRICAÇÃO NACIONAL. **Motor da mesma marca do fabricante**, JCB, 4.4 litros, 4 cilindros turbo, MAR-1, com potência líquida de 88 HP a 2200 RPM. Transmissão de 4 velocidades sincronizadas à frente e a ré, inversor de direção (frente e ré) hidráulico tipo POWER SHUTTLE, tração nas 4 rodas, freio de serviço blindado a disco imerso em óleo, freio de estacionamento a disco seco, montado na entrada do diferencial traseiro, de acionamento e de mecanismo independente do freio de serviço, pneus dianteiros 12,5/80X18 10 lonas e pneus traseiros 17,5X25 12 lonas, **cabine fechada ROPS/FOPS com ar-condicionado**. Carregadeira - caçamba com capacidade de 1,1 m³, **com nivelamento automático**, altura de descarga 2,74 m. Retroescavadeira - com caçamba de 32" com capacidade de 0,26 m³, profundidade máxima de escavação de 4,54 metros, tanque de combustível de 150 litros, banco do operador com suspensão mecânica e múltiplos ajustes, com cinto de segurança. **Sistema de Monitoramento JCB LiveLink gratuito por 1 (um) ano**. Demais características standard conforme catálogo do fabricante. **Peso Operacional de 8.185Kg.**



engepecas.com.br

CURITIBA/PR
(41) 3386-8100CASCAVEL/PR
(45) 3219-3000MARINGÁ/PR
(44) 3123-0050ITAJAÍ/SC
(47) 3241-8600PORTO ALEGRE/RS
(51) 3357-7300BELO HORIZONTE/MG
(31) 3439-1800SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR
(41) 3380-8800CHAPECÓ/SC
(49) 3358-9300GOIÂNIA/GO
(62) 3232-3400CUIABÁ/MT
(65) 3388-0100BELÉM/PA
(91) 2122-4300

ENGEPEÇAS

JCB

PROPOSTA COMERCIAL:

Preço Unitário de Venda 3CX 4X4, descrição acima:

R\$ 420.000,00 (Quatrocentos e Vinte Mil Reais).

Obs.: Valores, prazos e condições sujeitos à alteração sem aviso prévio.

Classificação Fiscal do Equipamento: 8429.59.00.

Código Finame: 325.473-5.

CÓDIGO MDA: M009A209.

Prazo de Entrega: 180 (Cento e oitenta) dias, a partir da solicitação.

Local de Entrega: Pátio da Engepeças em São José dos Pinhais – PR.

Forma de Pagamento: Finame, Leasing, CDC ou outra forma de pagamento combinada antecipadamente com a Engepeças Equipamentos Ltda.

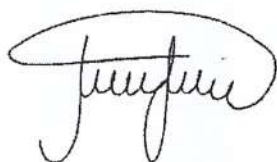
Garantia: 12 (Doze) meses, sem limite de horas, a contar da data de emissão da nota fiscal.

OBSERVAÇÃO:

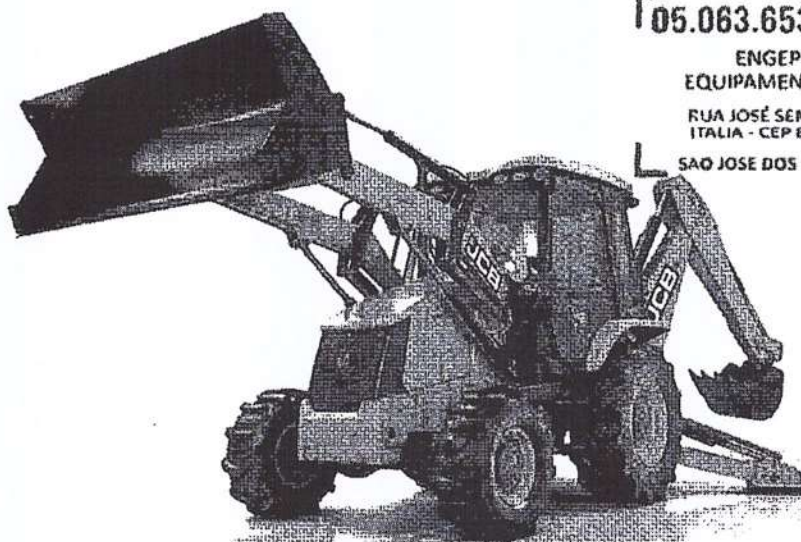
A Garantia do equipamento é de fábrica e está sujeita ao **TERMO DE GARANTIA DO FÁBRICANTE JCB**, que será entregue ao cliente no momento da **ENTREGA TÉCNICA** do Equipamento (em que o cliente deverá assinar o Relatório de Entrega Técnica, para ter direito a esta Garantia).

Durante o período de garantia será concedido pelo fabricante (dentro de sua análise e autorização da garantia) sem ônus para o cliente as horas trabalhadas e peças liberadas em garantia pelo fabricante, bem como, sua substituição. Será cobrado do cliente o deslocamento (Km) do técnico da Engepeças Equipamentos Ltda, da sede da empresa até o local onde se encontra o equipamento do cliente, bem como, o seu retorno para a sede da Engepeças Equipamentos Ltda.

Sem mais para o momento.



Nivea Maria Guisso Guia
Diretora
GRUPO ENGEPEÇAS
(41) 3380-8897
(41) 98421-1350
vendasjcb1@engepecas.com.br



05.063.653/0010-24

ENGEPEÇAS
EQUIPAMENTOS LTDA.

RUA JOSÉ SEMES, 17680
ITALIA - CEP 83.020-442

SAO JOSÉ DOS PINHAIS - PR



engepecas.com.br

CURITIBA/PR (41) 3386-8100	CASCADEL/PR (45) 3219-3000	MARINGÁ/PR (44) 3123-0050	ITAJAÍ/SC (47) 3241-8800	PORTO ALEGRE/RS (51) 3357-7300	BELO HORIZONTE/MG (31) 3439-1800
SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR (41) 3380-8800	CHAPECÓ/SC (49) 3358-9300	GOIÂNIA/GO (62) 3232-3400	CUIABÁ/MT (65) 3388-0100	BELEM/PA (91) 2122-4300	

Imagem meramente ilustrativa



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
05.063.653/0010-24
FILIAL

**COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRAL**

DATA DE ABERTURA
30/11/2018

NOME EMPRESARIAL
ENGEPECAS EQUIPAMENTOS LTDA.

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)

PORTE
DEMAIS

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
45.30-7-01 - Comércio por atacado de peças e acessórios novos para veículos automotores

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
33.14-7-16 - Manutenção e reparação de tratores, exceto agrícolas
33.14-7-17 - Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos de terraplenagem, pavimentação e construção, exceto tratores
45.20-0-01 - Serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores
45.30-7-02 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar
45.30-7-03 - Comércio a varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores
45.30-7-04 - Comércio a varejo de peças e acessórios usados para veículos automotores
45.30-7-05 - Comércio a varejo de pneumáticos e câmaras-de-ar
46.61-3-00 - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário; partes e peças
46.62-1-00 - Comércio atacadista de máquinas, equipamentos para terraplenagem, mineração e construção; partes e peças
46.72-9-00 - Comércio atacadista de ferragens e ferramentas
47.32-6-00 - Comércio varejista de lubrificantes
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R JOSE SEMES

NÚMERO
17680

COMPLEMENTO

CEP
83.020-442

BAIRRO/DISTRITO
ITALIA

MUNICÍPIO
SAO JOSE DOS PINHAIS

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(41) 3386-8122

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
30/11/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **12/11/2021** às **14:06:02** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 919286/2021, Nº Processo: 21034014652202147, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES CNPJ nº 01614415000118, Objeto: Aquisição de Máquinas Agrícolas., Valor Total: R\$ 1.119.598,00, Valor de Contrapartida: R\$ 188.473,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2021 - R\$ 931.125,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2021NE000154, Valor: R\$ 931.125,00, PTRES: 196143, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 20/12/2021 a 20/09/2024, Data de Assinatura: 14/12/2021, Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES CPF nº 528.909.531-49, Conveniente: JANDIR BANDIERA CPF nº 383.803.310-87.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 918807/2021, Nº Processo: 21034013792202106, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICIPIO DE ADRIANÓPOLIS CNPJ nº 76105642000117, Objeto: Aquisição de um caminhão com carroceria baú isotérmica refrigerado., Valor Total: R\$ 395.680,00, Valor de Contrapartida: R\$ 85.305,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2021 - R\$ 310.375,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2021NE000081, Valor: R\$ 310.375,00, PTRES: 196143, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 20/12/2021 a 20/09/2024, Data de Assinatura: 16/12/2021, Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES CPF nº 528.909.531-49, Conveniente: VANDIR DE OLIVEIRA ROSA CPF nº 149.791.808-17.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 919981/2021, Nº Processo: 21000097824202105, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICIPIO DE LAGES CNPJ nº 82777301000190, Objeto: Aquisição de Equipamento Agrícola para o Município de Lages/SC., Valor Total: R\$ 101.050,00, Valor de Contrapartida: R\$ 1.050,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2021 - R\$ 100.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2021NE000209, Valor: R\$ 100.000,00, PTRES: 195932, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 20/12/2021 a 20/09/2024, Data de Assinatura: 17/12/2021, Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES CPF nº 528.909.531-49, Conveniente: ANTONIO CERON CPF nº 021.394.809-53.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 919271/2021, Nº Processo: 21034013908202107, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA CNPJ nº 76995455000156, Objeto: Aquisição de equipamentos agrícolas., Valor Total: R\$ 198.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 54.750,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2021 - R\$ 143.250,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2021NE000151, Valor: R\$ 143.250,00, PTRES: 196143, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 20/12/2021 a 20/09/2024, Data de Assinatura: 16/12/2021, Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES CPF nº 528.909.531-49, Conveniente: ANDERSON MANIQUE BARRETO CPF nº 967.311.099-91.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 918866/2021, Nº Processo: 21034013920202111, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICIPIO DE SAO JORGE D'ESTE CNPJ nº 76995380000103, Objeto: Aquisição de máquinas e implementos agrícolas., Valor Total: R\$ 485.553,01, Valor de Contrapartida: R\$ 79.678,01, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2021 - R\$ 405.875,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2021NE000059, Valor: R\$ 405.875,00, PTRES: 196143, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 444042, Vigência: 20/12/2021 a 20/09/2024, Data de Assinatura: 16/12/2021, Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES CPF nº 528.909.531-49, Conveniente: LEILA APARECIDA DA ROCHA CPF nº 619.981.099-68.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo de Alteração da Vigência Nº 000002/2021 ao Convênio Nº 891120/2019. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Unidade Gestora: 130005. Conveniente: MUNICIPIO DE SAO GABRIEL DO OESTE, CNPJ nº 15389588000194, Prorrogação de vigência do Convênio nº 891120/2019, firmado entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e o município de São Gabriel do Oeste - MS. Valor Total: R\$ 772.056,21, Valor de Contrapartida: R\$ 208.606,21, Vigência: 01/01/2022 a 30/12/2022. Data de Assinatura: 31/12/2019. Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES, CPF nº 52890953149, Conveniente: JEFERSON LUIZ TOMAZONI, CPF nº 501.677.901-53.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 919315/2021, Nº Processo: 21000076992202159, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: CONSORCIO INTERMUNICIPAL PARA DESENVOLVIMENTO REGIONAL CNPJ nº 07051788000104, Objeto: Incentivo à bioeconomia em dez municípios do Consórcio Intermunicipal para Desenvolvimento Regional - CONDER, no estado do Paraná, por meio da aquisição de equipamentos, capacitações, treinamentos e sinalização de rotas turísticas para promover a expansão de áreas rurais, processamento do pinhão, ecogastronomia e turismo rural, tendo como beneficiários diretos extrativistas e pequenos produtores rurais., Valor Total: R\$ 678.540,48, Valor de Contrapartida: R\$ 25.395,82, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2021 - R\$ 101.058,00; 2022 - R\$ 552.086,66, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2021NE000185, Valor: R\$ 202.169,32, PTRES: 169025, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 337170; Num Empenho: 2021NE000150, Valor: R\$ 450.975,34, PTRES: 169025, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 447170, Vigência: 20/12/2021 a 19/12/2024, Data de Assinatura: 17/12/2021, Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES CPF nº 528.909.531-49, Conveniente: EDEMÉTRIO BENATO JUNIOR CPF nº 667.186.009-20.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo de Alteração da Vigência Nº 000003/2021 ao Convênio Nº 847989/2017. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Unidade Gestora: 130005. Conveniente: EMP MATOGROSS DE PESQ ASSIST E EXT RURAL SA EMPAER MT, CNPJ nº 36886778000197. Alteração da vigência do contrato para 31/12/2022. Valor Total: R\$ 827.470,00, Valor de Contrapartida: R\$ 27.470,00, Vigência: 31/12/2021 a 31/12/2022. Data de Assinatura: 28/12/2017. Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES, CPF nº 52890953149, Conveniente: RENALDO LOFFI, CPF nº 442.830.089-15.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 919422/2021, Nº Processo: 21034014699202119, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA CNPJ nº 78069143000147, Objeto: Aquisição de caminhão prancha novo., Valor Total: R\$ 614.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 80.155,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2022 - R\$ 533.845,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2021NE000202, Valor: R\$ 533.845,00, PTRES: 196143, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 20/12/2021 a 20/09/2024, Data de Assinatura: 14/12/2021, Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES CPF nº 528.909.531-49, Conveniente: JOSE ETEVALDO DE OLIVEIRA CPF nº 820.855.369-72.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 918883/2021, Nº Processo: 21034013773202171, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICIPIO DE TOLEDO CNPJ nº 76205806000188, Objeto: Caminhão Caçamba Basculante, Valor Total: R\$ 552.144,44, Valor de Contrapartida: R\$ 306.455,41, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2021 - R\$ 245.689,03, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2021NE000089, Valor: R\$ 245.689,03, PTRES: 196143, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 20/12/2021 a 20/09/2024, Data de Assinatura: 14/12/2021, Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES CPF nº 528.909.531-49, Conveniente: LUIS ADALBERTO BETO LUNITTI PAGNUSSATT CPF nº 483.580.029-04.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 919285/2021, Nº Processo: 21034014816202136, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICIPIO DE ENGENHEIRO BELTRAO CNPJ nº 76950039000131, Objeto: AQUISIÇÃO DE UMA PÁ CARREGADEIRA NOVA, Valor Total: R\$ 440.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 105.750,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2021 - R\$ 334.250,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2021NE000157, Valor: R\$ 334.250,00, PTRES: 196143, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 20/12/2021 a 20/09/2024, Data de Assinatura: 16/12/2021, Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES CPF nº 528.909.531-49, Conveniente: ADALMIR JOSE GARBIM JUNIOR CPF nº 041.417.639-18.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 918888/2021, Nº Processo: 21034013843202191, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICIPIO DE CASCAVEL CNPJ nº 76208867000107, Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS, Valor Total: R\$ 2.020.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 289.005,20, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2021 - R\$ 1.730.994,80, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2021NE000077, Valor: R\$ 1.730.994,80, PTRES: 196143, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 20/12/2021 a 20/09/2024, Data de Assinatura: 16/12/2021, Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES CPF nº 528.909.531-49, Conveniente: LEONALDO PARANHOS DA SILVA CPF nº 498.725.759-91.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 919045/2021, Nº Processo: 21000076947202102, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DOS MUNICIPIOS DA AMUREL-CIM-AMUREL CNPJ nº 28692509000161, Objeto: Implantar cultivos referência de plantas aromáticas e medicinais destinadas à produção de óleos essenciais orgânicos e medicamentos fitoterápicos, e implantar unidades referência de fabricação artesanal de produtos derivados da carne do Porco Macau, incluindo o aumento de plantéis, junto a pequenos produtores rurais dos municípios Santa Rosa de Lima, Rio Fortuna, São Martinho e Grão Pará no estado de Santa Catarina., Valor Total: R\$ 750.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 750,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2021 - R\$ 749.250,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2021NE000149, Valor: R\$ 79.790,04, PTRES: 169025, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 447170; Num Empenho: 2021NE000110, Valor: R\$ 669.459,96, PTRES: 169025, Fonte Recurso: 0100000000, ND: 337170, Vigência: 20/12/2021 a 19/12/2024, Data de Assinatura: 17/12/2021, Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES CPF nº 528.909.531-49, Conveniente: IBANEIS LEMBECK CPF nº 690.817.519-72.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo de Acréscimo Nº 000001/2021 ao Convênio Nº 903806/2020. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Unidade Gestora: 130005. Conveniente: CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE ATENCAO A SANIDADE AGROPECUARIA, DESENVOLVIMENTO RURAL E URBANO SUSTENTAVEL DA REGIAO CENTRAL DO ESTADO DO P, CNPJ nº 11881350000120. AUMENTO DO VALOR DA CONTRAPARTIDA. Valor Total: R\$ 4.301,33, Valor de Contrapartida: R\$ 4.301,33, Vigência: 31/12/2020 a 30/08/2022. Data de Assinatura: 31/12/2020. Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES, CPF nº 52890953149, Conveniente: VALDENI DE SOUZA, CPF nº 775.770.409-34.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 919298/2021, Nº Processo: 21034014819202170, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICIPIO DE MARILUZ CNPJ nº 76404136000129, Objeto: Aquisição de Máquina Agrícola., Valor Total: R\$ 200.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 9.000,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2021 - R\$ 191.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2021NE000160, Valor: R\$ 191.000,00, PTRES: 196143, Fonte Recurso: 0188000000, ND: 444042, Vigência: 20/12/2021 a 20/09/2024, Data de Assinatura: 16/12/2021, Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES CPF nº 528.909.531-49, Conveniente: PAULO ARMANDO DA SILVA ALVES CPF nº 805.330.519-91.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Termo Aditivo de Alteração da Vigência Nº 000004/2021 ao Convênio Nº 839207/2016. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Unidade Gestora: 130005. Conveniente: INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUARIA, CNPJ nº 65179400000151. Solicitação de prorrogação da vigência até 31 de dezembro de 2022. Valor Total: R\$ 570.124,44, Valor de Contrapartida: R\$ 11.402,49, Vigência: 30/12/2016 a 01/04/2023. Data de Assinatura: 30/12/2016. Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES, CPF nº 52890953149, Conveniente: THALES ALMEIDA PEREIRA FERNANDES, CPF nº 527.748.306-30.

EXTRATO DE CONVÊNIO

Espécie: Convênio Nº 919334/2021, Nº Processo: 21000069871202151, Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Conveniente: MUNICIPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA CNPJ nº 02075216000141, Objeto: Aquisição de Equipamentos para Promoção e Fortalecimento da Comercialização da produção dos produtores familiares, e pequenos e médios produtores., Valor Total: R\$ 122.000,00, Valor de Contrapartida: R\$ 2.000,00, Valor a ser transferido ou descentralizado por exercício: 2021 - R\$ 120.000,00, Crédito Orçamentário: Num Empenho: 2021NE000175, Valor: R\$ 120.000,00, PTRES: 169028, Fonte Recurso: 0176013065, ND: 444041, Vigência: 30/12/2021 a 31/12/2023, Data de Assinatura: 28/12/2021, Signatários: Concedente: MARCIO CANDIDO ALVES CPF nº 528.909.531-49, Conveniente: HENO RODRIGUES DA SILVA CPF nº 044.059.201-17.

EXTRATO DE PRORROGAÇÃO DE OFÍCIO

Espécie: Prorroga de Ofício Nº 00001/2019, ao Convênio Nº 884225/2019. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, Unidade Gestora: 130005, Conveniente: MUNICIPIO DE TARAUAÇA, CNPJ nº 34693564000179. P.I. 127/2008, art. 30, VI.. Valor Total: 104.500,00, Valor de Contrapartida: 4.500,00, Vigência: 31/12/2019 a 30/04/2022. Data de Assinatura: 28/12/2021. Assina: Pelo MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO / MARCIO CANDIDO ALVES - SECRETÁRIO DE AGRICULTURA FAMILIAR E COOPERATIVISMO





TERMO DE REFERÊNCIA

(Portaria nº 424/2016 – Artigo 1º, inciso XXXIV)

(página 1 de 2)

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA			
Proposta nº <i>Plataforma + Brasil Número/ano.</i>		033933/2021	
Ação Orçamentária nº: <i>(ex.: Ação 10.22101.20.606.1031.210V)</i>		10.22101.20.606.1031.210V	
Descrição da Ação Orçamentária: <i>(ex.: Promoção e Fortalecimento da Estruturação Produtiva da Agricultura Familiar, Pequenos e Médios Produtores Rurais)</i>		Promoção e Fortalecimento da Estruturação Produtiva da Agricultura Familiar, Pequenos e Médios Produtores Rurais	
Tipo de Instrumento: <i>(termo de convênio ou contrato de repasse)</i>		Termo de Convênio	
Objeto da Proposta: <i>Identificar o objeto a ser contratado de acordo com ação orçamentária desta Pasta Ministerial.</i>		Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	
Finalidade da Proposta:		Promoção e Fortalecimento da Estruturação Produtiva da Agricultura Familiar, Pequenos e Médios Produtores Rurais.	
Vigência: <i>Prazo para execução da proposta.</i>		31/12/2023	
Número de famílias beneficiadas:		500 famílias	
Valor de repasse:	R\$ 931,125,00	Valor da Contrapartida:	R\$ 188.473,00
Valor Global:	R\$ 1.119.598,00	<i>*o valor da contrapartida deve respeitar os limites estabelecidos em lei.</i>	
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE:			
Razão Social por extenso:	Prefeitura Municipal de Coronel Domingos Soares	Sigla:	PMCDs
CNPJ:	01.614.415/0001-18		
Endereço completo:	Avenida Araucária, 3120 - Centro		
Nome do responsável legal:	JANDIR BANDIERA	CPF do responsável legal:	383.803.310-87
Contato do responsável legal:	(46) 98413-4657	E-mail do responsável legal:	prefeito.jandir@gmail.com
Nome do responsável técnico:	Luiz Antonio Mezomo	CPF do responsável técnico:	752.943.469-15



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP 85557000

050

Contato do responsável técnico:	(46) 3254-1166 ramal 206	E-mail do responsável técnico:	contabilidadepmcds@outlook.com
--	--------------------------	---------------------------------------	--------------------------------

3. RESUMO EXECUTIVO DA PROPOSTA:

O município de Coronel Domingos Soares está localizado na região Sudoeste do Estado do Paraná, detém uma área territorial de 1.577 Km². Conforme Censo 2010 (IBGE) possui 7.238 habitantes sendo que 1.753 ocupam o perímetro urbano e 5.485 a zona rural. Considerando que o programa objetiva apoiar o Desenvolvimento e Fomento do Setor Agropecuário, e dentre as finalidades, está a modernização da produção agrícola e a conservação de estradas rurais. Na realização do objeto proposto, há reciprocidade entre os entes, para esta ação de aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas.

O público alvo desta proposta são os produtores agropecuários, em especial os agricultores familiares. Serão Diretamente beneficiadas 500 famílias. A produção anual de grãos é de: soja – 56 mil t/ano; milho – 20 mil t/ano; Trigo – 2 mil t/ano; feijão 300 t/ano (IBGE/2019); Leite in-natura: 6 milhões de l/ano (IBGE/2019); Bovinos (Corte e Leite): 46.294 cabeças (IBGE/2019).

Pretendemos ajudar a superar a dificuldade na competitividade dos produtos agrícolas locais devido ao alto custo de produção; o empobrecimento dos pequenos e médios agricultores; e reduzir o êxodo rural devido às dificuldades de manter o agricultor familiar no campo.

Desta forma, objetiva-se melhor a qualidade de vida das famílias beneficiadas pelo objeto; aumentar a produção e produtividade agrícola e pecuária; melhor competitividade dos produtos agrícolas locais fortalecendo a economia e evitar assim o êxodo rural.

A presente proposta está em conformidade com o estabelecido no Programa de Fomento ao Setor Agropecuário do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e tem compatibilidade do objeto proposto pelo proponente com a relação de bens e objetos constante na Portaria 277, de 03 de dezembro de 2019 – MAPA.

4. OBJETIVOS DA PROPOSTA:

a. Objetivo geral: <i>Descrição clara, suscita, objetiva e geral do que se pretende solucionar com o projeto.</i>	<i>Fomentar o setor agropecuário, com a melhoria na qualidade da produção rural; Agilizar o atendimento aos produtores e evitar a perda da produção; facilitar a acessibilidade nas propriedades rurais; melhorar a trafegabilidade para escoamento da produção; melhorar e agilizar o preparo do solo e colheita.</i>
b. Finalidade do projeto. <i>Descrever o resultado que se pretende alcançar com o objetivo.</i>	<i>Agregar valor a produção; viabilizar a comercialização de produtos diretos aos consumidores; reduzir êxodo rural; melhorar a qualidade de vida das famílias.</i>



5. METODOLOGIA DE EXECUÇÃO:

Descrever os equipamentos, atividades relativas, o resultado concreto da utilização dos equipamentos a serem adquiridos ou das atividades a serem executadas ou dos insumos a serem utilizados, bem como a sua forma de gestão, guarda e manuseios dos equipamentos e/ou continuidade das atividades;

Descrição do equipamento, insumos, produtos e ou atividades.	Atividade a ser executada.	Resultado concreto com o funcionamento do equipamento, utilização do insumo, produto ou atividade.	Gestão, guarda e manutenção do equipamento e/ou continuidade da política pública.
Retroescavadeira nova	será utilizada na conservação e manutenção das estradas rurais; melhoria da acessibilidade às propriedades e manutenção de atividades agrícolas e pecuárias com abertura e manutenção de silos e tanques/bebedouros para animais.	Silagem: aumentar a produção de 150 mil T/ano para 160 mil T/ano; Milho: aumentar a produção de 20 T/ano para 23 T/ano; Soja: aumentar a produção de 56 T/ano para 60 T/ano; Leite: aumentar a produção de 6 milhões L/ano para 6,3 milhões L/ano.	Guarda em barracão coberto; manutenção dos equipamentos sobre responsabilidade da prefeitura municipal; Controle de uso através de relatórios/mensais anuais apresentados ao CMDR.
Rolo Compactador com Cabine	será utilizada na conservação e manutenção das estradas rurais; melhoria da acessibilidade às propriedades e manutenção de atividades agrícolas e pecuárias com compactação de locais de permanência de animais	Silagem: aumentar a produção de 150 mil T/ano para 160 mil T/ano; Milho: aumentar a produção de 20 T/ano para 23 T/ano; Soja: aumentar a produção de 56 T/ano para 60 T/ano; Leite: aumentar a produção de 6 milhões L/ano para 6,3 milhões L/ano.	Guarda em barracão coberto; manutenção dos equipamentos sobre responsabilidade da prefeitura municipal; Controle de uso através de relatórios/mensais anuais apresentados ao CMDR.
Microtrator novo, equipado com Engate cambão carreta e Carretinha.	Será utilizado para transporte de silagem nas propriedades; transportes de insumos das propriedades para as lavouras e pastagens; dar suporte para o plantio e colheita das produções agrícolas e pecuárias.	Silagem: aumentar a produção de 150 mil T/ano para 160 mil T/ano; Milho: aumentar a produção de 20 T/ano para 23 T/ano; Soja: aumentar a produção de 56 T/ano para 60 T/ano;	Guarda em barracão coberto; manutenção dos equipamentos sobre responsabilidade da prefeitura municipal; Controle de uso através de relatórios/mensais anuais apresentados ao CMDR.



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOAR
ESTADO DO PARANÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP 85557000

		Leite: aumentar a produção de 6 milhões L/ano para 6,3 milhões L/ano.	
--	--	---	--



6. MATRIZ DE PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO:

Metas	Atividades	Resultados Esperados	Indicadores	Meios de Verificação	Prazo
Aquisição de Máquinas e Equipamentos Agrícolas	Manutenção das estradas rurais; Melhoria da acessibilidade das propriedades; Colheita/produção de silagem, especialmente de milho; Transporte do milho ou outro produto de silagens, da lavoura até o silo; Transporte de insumos para a produção.	Melhorar a qualidade da produção rural; facilitar a acessibilidade nas propriedades rurais; melhorar a trafegabilidade para escoamento da produção; agregar valor a produção; viabilizar a comercialização de produtos diretos aos consumidores Aumento da produtividade.	Aumento da área plantada; Aumento da produção; Aumento da produtividade; Análise dos custos de produção.	Ficha de Controle de uso dos bens; Relatórios mensais/anuais da situação e uso dos bens ao CMDS; Ata do CMDS; Relatório fotográfico da situação dos bens.	Ficha de controle de uso = mensal; Relatório situação bens = mensal/anual; Relatório fotográfico = Anual



7. PARTICIPAÇÃO E GESTÃO SOCIAL DA PROPOSTA:

- a) *Apresentar detalhadamente como ocorrerá o processo de participação dos beneficiários diretos em todas as fases de execução da proposta;*
- b) *Descreva a forma de gestão do projeto (quem participará e como será a manutenção, guarda dos equipamentos e a gestão monitoramento do projeto).*

As máquinas retroescavadeira e rolo compactador, serão destinados ao Departamento de Agricultura, o qual fará a gestão dos equipamentos junto aos agricultores, atendendo as famílias residentes na comunidade rurais de: Assentamento 27 de outubro, Terra Boa, Lavrama, Bom Retiro, Pedregulho, Iratim, Passo Fundo, Nova Iguaçu, Vila Rural, Assentamento Marcon, Compartilhado, Iraras e Travessãozinho, e eventualmente demais comunidades do entorno.

Os equipamentos microtrator novo, equipado com Engate cambão carreta e Carretinha, após sua recepção serão destinados com aval do CMDR, para associações de produtores rurais do município, ficando sob responsabilidade do Departamento de Agricultura, atendendo as famílias residentes na comunidade rurais de: Assentamento 27 de outubro, Terra Boa, Lavrama, Bom Retiro, Pedregulho, Iratim, Passo Fundo, Nova Iguaçu, Vila Rural, Assentamento Marcon, Compartilhado, Iraras e Travessãozinho, e eventualmente demais comunidades do entorno.

A associação de máquinas existentes na comunidade fará o levantamento da demanda das famílias de sua abrangência;

A seleção das famílias a serem atendidas, se dará de acordo com os critérios de maior necessidade e será feito pela associação de produtores rurais, e depois repassadas para o Departamento de Agricultura;

Na primeira etapa, pretendemos atender as famílias, dentre as mais necessitadas, priorizando as que utilizam a produção para autoconsumo, ou seja, plantio de milho para produção de silagem (por exemplo);

Na segunda etapa, pretendemos atender às demais famílias da comunidade, mantendo a prioridade da produção de para consumo na propriedade;

Posteriormente (após todas as famílias beneficiárias diretas, terem garantido o atendimento), as atividades desenvolvidas, se estenderão a outros produtores do entorno;

O atendimento se dará de forma coletiva, quando de manutenção de estradas ou individual, levando em conta a programação da associação e máquinas, junto aos produtores e se norteará a um atendimento por mês, exceto em atividade que necessitam continuidade;

A manutenção dos equipamentos, será de responsabilidade da prefeitura municipal, ficando a cargo do Departamento de Agricultura, o acompanhamento dos serviços e orientações quanto a utilização e manutenções preventivas dos equipamentos de responsabilidade das associações.

8. CAPACIDADE TÉCNICA:

Descreva a capacidade instalada da proponente com vistas à implantação da proposta, tais como a existência e o quantitativo da equipe técnica, materiais e equipamentos suplementares para apoio a execução, manutenção, e continuidade do projeto.

Para execução do plano de trabalho proposto, o município possui equipe técnica com capacidade de gestão, formada pelo Diretor do Departamento de Agricultura; Médico veterinário; Técnico agrícola e Operadores de máquinas.

Possui ainda as seguintes máquinas e equipamentos, que somarão aos propostos para aquisição, para a execução do projeto: 03 (três) trator agrícola sobre rodas 4x4; 02 (dois) Pulverizador de barras; 02 (duas) Carretas agrícolas; 01 (uma) Ensiladeira – colhedora de forragens; 01 (uma) Plantadeiras de plantio direto; 01 (um) Caminhão prancha; 02 (dois) Caminhão caçamba basculante.

9. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO:



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES
ESTADO DO PARANÁ

CENTRO ADMINISTRATIVO ADÃO REIS
CNPJ 01614415/0001-18
AV ARAUCÁRIA, 3120
FONE/FAX 46-3254-1166 – CEP 85557000

055

Meta	Partícipe	Parcela			Total
		I	II	III	
01	Proponente	188.473,00			188.473,00
	MAPA	931.125,00			931.125,00

10. ORÇAMENTOS:

É necessário elaborar um resumo simplificado dos orçamentos anexados na Plataforma + Brasil, apresentando a média do mercado para cada item de despesa a ser adquirido.

Item de despesa	Orçamento 1	Orçamento 2	Orçamento 3	Média
1 - Retroescavadeira nova, tração 4x4, potência mínima 88 HP, cabine fechada com ar-condicionado, caçamba de carregamento mínimo 0,96 m³, caçamba da retro com mínimo de 0,25 m³, profundidade da escavação máxima, mínimo de 4,25 metros, peso operacional mínimo 7.100 kg.	450.000,00	420.000,00	400.000,00	423.333,33
2 - Rolo Compactador com Cabine com ar condicionado; Motor à Diesel; Potência mínima de 125HP; Controle elétrico e hidráulico para mudança de velocidades; Peso operacional mínimo de 12.000 kg .	570.000,00	615.000,00	590.000,00	591.666,67
3 – Microtrator agrícola novo, a diesel, 10HP, equipado com engate cambão carreta e Carretinha.	100.398,00	106.500,00	106.896,00	104.598,00



10.1 DADOS DAS EMPRESAS PARTICIPANTES DA COTAÇÃO DE PREÇOS:

1 – RETROESCAVADEIRA

Empresa 1:	Veneza Equipamentos Sul		
CNPJ Nº	29.644.666/001-64		
Endereço:	Rod. Br 277, nº 2160 – Mossunguê – Curitiba/PR	Telefone: DDD/Número	(41) 3165-6600
Empresa 2:	Engepeças		
CNPJ Nº	05.063.653/0010-24		
Endereço:	Rua José Semes, 17680 – Italia – São José dos Pinhais/PR	Telefone: DDD/Número	(41) 3380-8897
Empresa 3:	Yama Diesel Equipamentos		
CNPJ Nº	22.087.311/0001-72		
Endereço:	Rodovia BR 277, Km 113, nº 540 – Rondinha – Campo Largo/PR	Telefone: DDD/Número	(41) 3555-3723

2 – ROLO COMPACTADOR

Empresa 1:	Sarando Tratores LTDA		
CNPJ Nº	77.266.575/0001-85		
Endereço:	Avenida Ademar Bornia, 629 – Jardim Europa – Sarandi/PR	Telefone: DDD/Número	(44) 3224-3033
Empresa 2:	Paraná Equipamentos S.A.		
CNPJ Nº	76.527.951/0001-85		
Endereço:	Marginal BR 116, Km 100, nº 11.807 – Curitiba/PR.	Telefone: DDD/Número	(45) 2101-2500
Empresa 3:	Yama Diesel Equipamentos		
CNPJ Nº	22.087.311/0001-72		
Endereço:	Rodovia BR 277, Km 113, nº 540 – Rondinha – Campo Largo/PR	Telefone: DDD/Número	(41) 3555-3723

3 - MICROTRATOR AGRÍCOLA COM ENGATE CAMBÃO CARRETA E CARRETINHA.

Empresa 1:	Eletro Real		
CNPJ Nº	01.732.968/0001-75		
Endereço:	Avenida Tupy, 157 – Bortot – Pato Branco/PR	Telefone: DDD/Número	(46) 3225-2882
Empresa 2:	Schneider Ferramentas LTDA		
CNPJ Nº	06.173.829/0001-72		
Endereço:	Avenida Luiz Antônio Faedo, 1014 – Centro – Francisco Beltrão/PR	Telefone: DDD/Número	(46) 3523-5238
Empresa 3:	Industria e Com. De Máq. Agrícolas EIRELE		
CNPJ Nº	03.381.927/0001-07		
Endereço:	Rua Getúlio Dalpascoale, 300 – São Francisco – Pato Branco/PR.	Telefone: DDD/Número	(46) 3225-8342



Na qualidade de representante legal do Proponente, declaro, para fins de registro que a aquisição dos itens de despesas propostos se dará mediante processo licitatório em consonância com a Lei 8.666/93 e legislação complementar, por meio, preferencialmente da modalidade de pregão eletrônico.

Caso seja inviável a utilização do pregão na forma eletrônica a entidade proponente se compromete a justificar o fato à autoridade competente no MAPA, conforme ditames estabelecidos no § 2º do Art. 49 da Portaria Interministerial nº 424/2016.

Por fim, declaro, para fins de prova junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Nacional ou qualquer órgão da Administração Pública Federal que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos da União, na forma deste documento.

Coronel Domingos Soares, 16 de novembro de 2021.

JANDIR

BANDIERA:38

380331087

Assinado de forma digital
por JANDIR
BANDIERA:38380331087
Dados: 2021.11.18
09:11:44 -03'00'

JANDIR BANDIERA

Prefeito Municipal

Convênio nº 919286/2021 - Aquisição de Máquinas Agrícolas

Convenios Federais <conveniosfederais@desenvolver.net>

Qui, 06/01/2022 04:20

Para: contabilidadepmcds@outlook.com <contabilidadepmcds@outlook.com>

Bom dia,

Com referência ao Convênio em epígrafe, o qual foi formalizado em 14/12/2021, através do SEI-MAPA, o qual está com a situação *Em execução* na Plataforma Mais Brasil, conforme abaixo:

Consultar Pré-Convênio/Convênio 22709 - INSTITUTO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO - Convênio 919286/2021

Dados da Proposta Plano de Trabalho Registros Projeto Básico/Termo de Referência Execução Convênio Execução Convênio

Dados Programas Participantes

Modalidade Convênio Situação no SIAFI Enviado para o SIAFI - 2022H500028

Subtipo do Instrumento Não possui subtipo

Situação de Contratação Atual Normal

Situação Em execução

Empenhado	sim	Publicação	Publicado	Proposta via Fluxo Automático	não
Número do Convênio	919286/2021	Número da Proposta	033933/2021		
Número Interno do Órgão	033933/2021				
Número do Processo	21034.014552/2021-47				

Lista de Documentos Digitalizados

Nome Arquivo	Data Upload
Publicação no DOU 919286_2021.pdf	05/01/2022
Termo de Convênio 919286_2021.pdf	05/01/2022

A Nota de Empenho foi emitida em 02/12/2021.

Tendo em vista que a Subcláusula Segunda da Cláusula décima, do referido convênio informa que: "O prazo para início do procedimento licitatório será de até sessenta dias, contados da data de assinatura do instrumento, desta forma, o **Processo licitatório está apto a ser realizado**, tendo como data de 14/02/2022 para que o mesmo seja iniciado/edital publicado.

Recomendamos o início do processo licitatório, e caso seja necessários, atualização dos orçamentos, conforme descrição constante no Extrato da Proposta Aprovada (ANEXO), bem como no Termo de Referência e Plano de Sustentabilidade (ANEXOS).

A liberação da primeira parcela ou parcela única ficará condicionada ao aceite do processo licitatório pelo concedente.

Alertamos para o que trata o § 8º, Art. 41 da Portaria Interministerial nº 424/2016: "Na hipótese de inexistência de execução financeira após 180 (cento e oitenta) dias da liberação da primeira parcela o instrumento deverá ser rescindido".

Em anexo encaminhamos:

- 1 - Extrato da proposta;
- 2 - Termo de Referência;
- 3 - Plano de Sustentabilidade;
- 4 - Orçamentos;
- 5 - Termo de Convênio.

A equipe Desenvolver está à disposição do município para maiores esclarecimentos, em caso de dúvidas, favor entrar em contato.

Atenciosamente,



41 - 3627-5874

41 - 9 9273-2642

A informação contida neste documento é confidencial e destina-se ao uso exclusivo da pessoa a quem está endereçada. Se o leitor desta mensagem não é o destinatário pretendido, fica aqui advertido de que qualquer divulgação, distribuição ou cópia desta mensagem é

estritamente proibida. Caso tenha recebido o presente por engano, por favor notifique-nos imediatamente. Obrigado.

The information contained in this document is confidential and for the exclusive use of the person to whom it is addressed. If the reader of this message is not the intended destination, you are hereby notified that any disclosure, distribution or copy of this message is strictly forbidden. In case you have received this message by mistake, please notify us immediately. Thank you.



PARECER PRÉVIO 16/2021

Origem: Departamento de Controle Interno

Destinatário: Departamento de Agricultura

Assunto: Aquisição de Máquina agrícola conforme proposta n 033/2021 e convenio nº919286/2021 Ministério da agricultura, Pecuária e Abastecimento, Plataforma+Brasil.

Venho por meio deste, informar a este setor, que para fins de averiguação e controle foi analisado a justificativa e demais documentações (COTAÇÃO, cartão Cnpj e Termo de Referência) e as atividades estão de acordo com o objeto a ser licitado. Desta feita retomem-se aos autos a esse departamento e siga para as demais tramitações.

Ademais, qualquer dúvida nos encontramos à disposição.

Coronel Domingos Soares-PR, 07 de fevereiro de 2022.

Atenciosamente

Dirlei de Lima
Controle Interno

Dirlei de Lima
Controle Interno
Portaria nº 224/2019



MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES

CNPJ 01614415/0001-18

061

PARECER CONTABIL

Os tramites legais deste processo obedecerão ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias conforme os itens abaixo, respeitados os limitadores constantes do orçamento aprovado para 2022.

Informamos a existência de previsão orçamentária para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes de possível contratação do objeto: **Aquisição de Máquinas agrícolas) Rolo compactador / Retroescavadeira/ Mictotrator.**

Especificação de Dotações:

10 – Departamento de Agricultura
002 – Divisão de Agricultura e Fomento
20.608.0011.1031 – Aquisição de Máquinas Agrícolas
Conta de despesa 6018 – fonte 504
Conta de despesa 6017 – fonte 1084

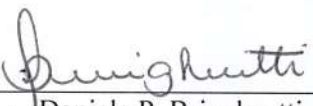
004 – Divisão de Coordenação de associações rurais
20.608.0011.1032 – Aquisição de Máquinas Agrícolas
Conta de despesa 6019 – fonte 1084

Natureza da despesa do orçamento
44.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Ressalva-se, contudo, que o presente parecer se restringe meramente a indicar a existência de dotações orçamentárias específicas e suficientes, não havendo com isso destaque ou aprisionamento de recursos. Ou seja, visa tão somente apontar a existência de previsão de recursos orçamentários no exercício para fins de atendimento ao despacho inaugural e ao disposto no art. 7º, §2º, inciso III, art. 14, ambos da lei 8.666/93. A análise de existência de disponibilidade de recursos financeiros fica reservada para o momento posterior a confirmação da contratação e anterior a realização da despesa decorrente da etapa de empenho, conforme art. 58 e SS da lei 4.320/64. Bem como não compete à contabilidade a análise e determinação do objeto da compra.

Por fim, alerta-se que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações indicadas acima, poderá haver limitação de empenho e bloqueio de realização das despesas decorrentes.

Coronel Domingos Soares, 09 de fevereiro de 2022.


Daniele P. Bringhenti
Contadora CRC PR-047272/O-2



**MUNICÍPIO DE
CORONEL DOMINGOS SOARES**

CNPJ 01614415/0001-18

062

Parecer de Licitação 17/2022

Origem: Gabinete

Destino: Pregoeira

Considerando:

1. A necessidade de dar suprimento(os) a (as) demanda (as) em anexo para Pregão Eletrônico referente aquisição de Maquinas Agrícolas.
2. O contido na Lei de 8.666 de 21 de junho de 1993 bem como suas demais alterações, a Lei de Responsabilidade Fiscal somando-se ainda aos princípios que regem a administração pública de uma maneira geral;
3. O Parecer Prévio do Controle Interno, referente a averiguação dos Orçamentos e outras análises pertinentes;
4. A existência prévia das respectivas dotações orçamentárias aliado a existência dos recursos financeiros para a quitação das despesas que virão a se originar da eventual contratação;

Determino:

5. Que a Pregoeira, proceda todos os atos necessários, estritamente dentro da competência para a construção do processo, preferencialmente "Pregão Eletrônico", a fim de que se classifiquem as melhores propostas para aperfeiçoamento do(s) objeto (s):referente aquisição de Maquinas Agrícolas. Limitado ao teto máximo R\$1.119.598,00 (um milhão cento e dezenove mil e quinhentos e noventa e oito reais)do tipo maior desconto por item, levando em conta as necessidades do serviço público, com quantias estimadas e valores previamente orçados, tudo de acordo com a demanda informada através do Termo de Referência realizado pelo Departamento de Agricultura.

Coronel Domingos Soares, 10de fevereiro de 2022

**Jandir Bandiera
Prefeito Municipal**